



PODER EXECUTIVO

LEIS

LEI Nº 2.936 DE 13 DE MAIO DE 2026

Autoriza a doação de materiais ao Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) Campus Januária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JANUÁRIA, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a doação ao Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) Campus Januária, dos seguintes materiais:

I - 56.000 (cinquenta e seis mil) bloquetes sextavados, com dimensões de 25x25x8 cm;

II - 350 m³ (trezentos e cinquenta metros cúbicos) de areia de praia grossa lavada.

Art. 2º Os materiais serão destinados exclusivamente ao arruamento das vias internas do IFNMG Campus Januária.

Art. 3º A doação será formalizada mediante termo próprio, com cláusula de destinação e reversão.

Art. 4º As despesas correrão por conta de dotações próprias.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANUÁRIA, em 13 de maio de 2026.

**MAURÍCIO ALMEIDA DO
NASCIMENTO**

Prefeito Municipal
CHRISTIANO MACIEL
Secretário Municipal
CARNEIRO de Administração

LEI Nº 2.937 DE 13 DE MAIO DE 2026

Dispõe sobre a instituição do Serviço de Acolhimento Institucional, na modalidade de Residência Inclusiva, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no Município de Januária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JANUÁRIA/MG, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Januária, o Serviço de Acolhimento Institucional na modalidade Residência Inclusiva, integrante da Proteção Social Especial de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), destinado ao acolhimento de jovens e adultos, com idade entre 18 e 59 anos completos, de ambos os gêneros, com deficiência e em situação de dependência, que não dispõem de condições de autossustentabilidade e com vínculos familiares fragilizados ou rompidos.

§ 1º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, conforme Lei Federal nº

13.146, de 06 de julho de 2015.

§ 2º Considera-se situação de dependência aquela que afeta as capacidades das pessoas com deficiência que, em interação com barreiras, limitam a realização das atividades e restringem a participação social, demandando cuidados de longa duração.

Art. 2º Os serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito da política pública de assistência social à pessoa com deficiência e sua família têm como objetivo a garantia da segurança de renda, da acolhida, da habilitação e da reabilitação, do desenvolvimento da autonomia e da convivência familiar e comunitária, para a promoção do acesso a direitos e da plena participação social, conforme dispõe o art. 39, §§1º e 2º, da Lei Federal n.º 13.146, de 06 de julho de 2015.

Art. 3º O Serviço de Acolhimento Institucional na modalidade Residência Inclusiva poderá ser implantado:

I - por meio da oferta direta, por iniciativa do Poder Executivo Municipal;

II - por meio de oferta indireta, em parceria com entidade da rede socioassistencial, por meio de termo de colaboração ou de fomento, conforme estabelece o art. 29, da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Parágrafo único. Em qualquer hipótese, a unidade de oferta do Serviço de que trata o *caput* deverá estar referenciada ao órgão gestor do SUAS e observar as pactuações e orientações técnicas por ele expedidas.

Art. 4º A Residência Inclusiva deverá funcionar em imóvel adaptado e acessível, em ambiente semelhante a uma residência



familiar, além de garantir moradia digna, acessibilidade, alimentação, higiene, convivência comunitária e estímulo à autonomia, em observância aos atos regulamentares vigentes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Parágrafo único. A capacidade máxima por Residência Inclusiva será de 10 (dez) usuários, podendo, excepcionalmente e de forma temporária, exceder esse quantitativo, conforme as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Art. 5º Constituem objetivos do Serviço de Acolhimento Institucional na modalidade de Residência Inclusiva:

I - acolher e garantir proteção integral a jovens e adultos com deficiência e em situação de dependência;

II - contribuir para a prevenção do agravamento de situações de negligência, violência e ruptura de vínculos;

III - restabelecer vínculos familiares e/ou sociais;

IV - promover a inclusão de jovens e adultos com deficiência e em situação de dependência na vida comunitária e social;

V - promover acesso à rede socioassistencial, aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e às demais políticas públicas setoriais;

VI - favorecer o surgimento e o desenvolvimento de aptidões, capacidades e oportunidades para que os indivíduos façam escolhas com autonomia;

VII - promover o acesso a programações culturais, de lazer, de esporte e ocupacionais internas e externas, relacionando-as a interesses, vivências, desejos e

possibilidades do público.

VIII - oferecer acolhimento em ambiente residencial, com estrutura adequada e acessível;

IX - contribuir para a interação e superação de barreiras;

X - contribuir para a construção progressiva da autonomia, com maior independência e protagonismo no desenvolvimento das atividades da vida diária;

XI - desenvolver capacidades adaptativas para a vida diária;

XII - promover a convivência mista entre os residentes de diversos graus de dependência;

XIII - promover o acesso à rede de qualificação e requalificação profissional com vistas à inclusão produtiva.

Art. 6º O Serviço de Acolhimento Institucional na modalidade de Residência Inclusiva deverá garantir aos usuários, conforme dispõe a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e demais normativas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), os seguintes direitos de segurança socioassistencial:

I - Segurança de acolhida:

a) em condições de dignidade;

b) com identidade, integridade e história de vida preservadas;

c) em espaço com padrões de qualidade quanto à higiene, à acessibilidade, à habitabilidade, à salubridade, à segurança e ao conforto;

d) com alimentação em padrões nutricionais adequados e adaptados às necessidades específicas;

e) em ambiência acolhedora e espaços reservados para manutenção da privacidade e guarda de pertences pessoais;

f) às suas demandas, interesses, necessidades e possibilidades;

g) com garantia às formas de acesso aos direitos sociais.

II - Segurança de convívio ou vivência familiar, comunitária e social:

a) com acesso a serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais e demais serviços públicos;

b) em experiências que contribuam para o fortalecimento de vínculos familiares;

c) em experiências de ampliação da capacidade protetiva e de superação de fragilidades e riscos na tarefa do cuidar;

d) com acesso a serviços socioassistenciais e das políticas públicas setoriais, conforme necessidades.

III - Segurança de desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social:

a) por endereço institucional para utilização como referência;

b) em vivências pautadas no respeito a si próprio e aos outros, fundamentadas em princípios éticos de justiça e cidadania;

c) mediante acesso a atividades, segundo suas necessidades, interesses e possibilidades;

d) com acompanhamento socioassistencial que possibilite o desenvolvimento de habilidades de autogestão, autossustentação e independência;

e) com respeito a seus direitos de opinião e decisão;

f) em espaços próprios e personalizados;

g) com orientações e informações sobre o serviço, respectivos direitos e formas de acessá-los;

h) mediante oitivas e expressão própria de necessidades, interesses e possibilidades;

i) com desenvolvimento de capacidades para autocuidados,



construção de projetos de vida e alcance da autonomia;

j) com apoio socioassistencial a fim de ampliar a capacidade protetiva de sua família e a superação de suas dificuldades;

k) em experiências que possibilitem o desenvolvimento de potencialidades e ampliação do universo informacional e cultural;

l) sendo preparado para o desligamento do serviço, quando couber;

m) com avaliação do serviço prestado.

Art. 7º Para que o usuário tenha acesso ao Serviço de Acolhimento Institucional na modalidade de Residência Inclusiva, é necessária a avaliação atualizada da sua deficiência, realizada por equipe de saúde multiprofissional e interdisciplinar com abordagem biopsicossocial, observando o disposto no art. 2º, §1º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

Art. 8º A avaliação socioassistencial a fim de que o usuário seja encaminhado e admitido no Serviço de Acolhimento Institucional na modalidade de Residência Inclusiva ficará a cargo da equipe de referência de nível superior lotada na respectiva Unidade, cabendo a esta a apreciação da demanda por meio de relatórios fundamentados e observados os seguintes critérios:

I - explicitação sobre a situação sociofamiliar do usuário;

II - esclarecimentos sobre as intervenções e encaminhamentos realizados para preservação dos vínculos familiares e comunitários;

III - detalhamento sobre o grau de autonomia para atividades da vida diária do usuário, a plena inclusão e participação em todos os aspectos da vida, bem como os motivos para

inserção do usuário na Residência Inclusiva, desde que esgotadas todas as possibilidades de inserção familiar ou permanência no território;

IV - disponibilidade de vaga no Serviço;

V - opinião técnica favorável ao acolhimento.

Art. 9º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento municipal, podendo ser suplementadas, se necessário, e poderão contar com recursos oriundos:

I - de repasses federais, estaduais e municipais, no âmbito do cofinanciamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS);

II - de parcerias com entidades ou organizações da sociedade civil;

III - de doações, contribuições e outros recursos legalmente recebidos.

Art. 10 As equipes de referência responsáveis pela organização e oferta do Serviço de Acolhimento Institucional na modalidade de Residência Inclusiva serão compostas por profissionais designados para sua execução, observados o número de usuários atendidos, o tipo de atendimento ofertado e as aquisições a serem garantidas, nos termos da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS e das demais normativas da Política Nacional de Assistência Social.

§ 1º A equipe mínima de referência para a oferta do serviço será composta por:

I - 1 (um) coordenador, com nível superior;

II - 3 (três) profissionais de nível

superior, dentre assistentes sociais, psicólogos e terapeutas ocupacionais;

III - 1 (um) cuidador, com nível médio e qualificação específica, referenciado para até 10 (dez) usuários por turno, salvo demandas específicas;

IV - 1 (um) auxiliar de cuidador, com nível fundamental e qualificação específica, referenciado para até 10 (dez) usuários por turno, salvo demandas específicas.

V - 01 (um) Auxiliar de Serviços Gerais;

VI - 02 (dois) Vigia;

VII - 01 (uma) cozinheira;

VIII - 01 – Assistente administrativa.

§ 2º A composição da equipe poderá ser suprida mediante:

I - remanejamento de servidores públicos efetivos e/ou contratados do quadro municipal;

II - contratação temporária por excepcional interesse público, nos termos da legislação municipal vigente;

III - designação de servidores já vinculados à Administração Pública Municipal;

IV - contratação direta de profissionais pela instituição parceira selecionada mediante chamamento público, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e demais legislações aplicáveis.

§3º A presente Lei não implica, obrigatoriamente, na criação de novos cargos efetivos, podendo o Poder Executivo estruturar o serviço conforme disponibilidade orçamentária e necessidade administrativa.

Art. 11 A coordenação da Residência inclusiva será exercida por profissional designado pelo Poder Executivo.

§ 1º Caso o Coordenador



designado seja servidor público efetivo do Município, fará jus à Gratificação de Função, em razão da responsabilidade e complexidade das atribuições.

§ 2º A gratificação:

I - não se incorporará aos vencimentos para qualquer efeito;
II - cessará automaticamente com a dispensa da função.

§ 3º Caso o Coordenador seja contratado temporariamente ou ocupe cargo comissionado, não fará jus à gratificação prevista neste artigo, percebendo apenas a remuneração correspondente à sua contratação.

§ 4º Em caso de parceria com instituição selecionada mediante chamamento público, o Coordenador poderá ser contratado diretamente pela entidade parceira, observados os critérios de qualificação técnica, experiência na área socioassistencial, capacidade de gestão e demais disposições previstas no termo de parceria e na legislação vigente.

Art. 12 O trabalho executado pelo quadro de servidores deverá ser realizado em turnos que garantam estabilidade das tarefas de rotinas diárias, referência e previsibilidade no contato com os acolhidos.

Art. 13 Não serão inseridas no Serviço de Acolhimento Institucional na modalidade de Residência Inclusiva pessoas com transtornos mentais e dependência de substâncias psicoativas que demandem cuidado em saúde mental de caráter hospitalar ou acompanhamento clínico intensivo, haja vista a existência de serviços especializados para atender o respectivo público, conforme regulamenta a Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001 e a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006,

respectivamente.

Art. 14 O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei no prazo de até 90 (noventa) dias a contar de sua publicação, definindo:

- I - normas complementares para funcionamento do Serviço, inclusive carga horária dos profissionais da equipe de referência;
- II - procedimentos para admissão, acompanhamento e desligamento dos usuários;
- III - regras para parcerias e para o chamamento público de Organizações da Sociedade Civil (OSCs);
- IV - indicadores de monitoramento e avaliação.

Art. 15 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANUÁRIA, em 13 de maio de 2026.

MAURÍCIO ALMEIDA DO NASCIMENTO Prefeito Municipal
CHRISTIANO MACIEL CARNEIRO Secretário Municipal de Administração

LEI Nº 2.938 DE 13 DE MAIO DE 2026

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento geral do Município no valor de R\$ 39.608.724,50 (trinta e nove milhões e seiscentos e oito mil e setecentos e vinte e quatro reais e cinquenta centavos) e dá outras providências.

O POVO DO MUNICÍPIO DE JANUÁRIA, através de seus representantes legais aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$

39.608.724,50 (trinta e nove milhões e seiscentos e oito mil e setecentos e vinte e quatro reais e cinquenta centavos), nas seguintes dotações orçamentárias para o exercício de 2026:

CLASSIFICAÇÃO	FICHA	FONTE	VALOR
08.01.02.10.301.0016.2037 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS NA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE			
31900400 - Contratação Por Tempo Determinado 326			
1600000000			1.250.000,00
08.01.02.10.301.0016.2037 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS NA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE			
31901100 - Venc. e Vant.Fixas Pes.Civil 331			
1600000000			1.250.000,00
08.01.02.10.301.0016.2037 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS NA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE			
31901300 - Obrigações Patronais			
335	1600000000		250.000,00
08.01.02.10.301.0016.2037 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS NA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE			
31911300 - Obrigações Patronais			
343	1600000000		250.000,00
08.01.02.10.301.0016.2037 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS NA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE			
33903000 - Material de Consumo			
353	1600000000		1.500.000,00
08.01.02.10.301.0016.2037 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS NA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE			
33903000 - Material de Consumo			
354	1600003110		650.000,00
08.01.02.10.301.0016.2037 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS NA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE			
33903200 - Material de Distribuição Gratuita 360			
1600000000			500.000,00
08.01.02.10.301.0016.2037 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS NA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE			
33903200 - Material de Distribuição Gratuita 361			
1600003110			250.000,00
08.01.02.10.301.0016.2037 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS NA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE			
33903400 - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos 368			
1600000000			500.000,00



08.01.02.10.301.0016.2037 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS NA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE 33903900 - Outros Serv. Terc. - P. Jurídica 377 1600000000 500.000,00
08.01.02.10.301.0016.2037 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS NA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE 33903900 - Outros Serv. Terc. - P. Jurídica 378 1600003110 850.000,00
08.01.04.10.302.0018.2046 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL 33903000 - Material de Consumo 732 1600000000 2.500.000,00
08.01.04.10.302.0018.2046 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL 33903000 - Material de Consumo 733 1600003110 1.500.000,00
08.01.04.10.302.0018.2046 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL 33903400 - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos 1600000000 740 1600000000 7.000.000,00

CLASSIFICAÇÃO	FICHA	FONTE	VALOR
08.01.04.10.302.0018.2046 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL 33903400 - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos	742	1600003120	1.200.012,00
08.01.04.10.302.0018.2046 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL 33903900 - Outros Serv. Terc. - P. Jurídica	750	1600000000	1.250.000,00
08.01.04.10.302.0018.2046 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL 33903900 - Outros Serv. Terc. - P. Jurídica	751	1600003110	3.276.007,00
13.02.01.15.451.0028.1077 - PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS 44905100 - Obras e Instalações	2016	1700003110	4.788.512,50
13.02.01.15.451.0028.1077 - PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS 44905100 - Obras e Instalações	2018	1710003210	3.999.800,00
12.02.01.08.245.0027.2108 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS NO BLOCO DE GESTÃO DO SUAS 33903000 - Material de Consumo	2315	1666003110	100.000,00
10.01.01.13.392.0025.2093 - MANUTENÇÃO DAS FESTIVIDADES CULTURAIS E POPULARES 33903900 - Outros Serv. Terc. - P. Jurídica	2316	1700003110	1.731.000,00
11.01.01.04.122.0006.2099 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES NA SECRETARIA DE ESPORTES 33903000 - Material de Consumo	2317	1701003210	150.000,00
08.01.02.10.301.0016.2037 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS NA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE 31900400 - Contratação Por Tempo Determinado	2321	1600003120	400.000,00
08.01.02.10.301.0016.2037 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS NA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE 31901100 - Venc. e Vanl.Faixas Pes.Civil	2322	1600003120	300.000,00
08.01.02.10.301.0016.2037 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS NA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE 31901300 - Obrigações Patronais	2324		50.000,00
08.01.02.10.301.0016.2037 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS NA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE 31911300 - Obrigações Patronais	2327		50.000,00
08.01.04.10.302.0018.2046 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL 31904000 - Contratação Por Tempo Determinado	2329	1600003130	300.000,00
08.01.04.10.302.0018.2046 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL 31901100 - Venc. e Vanl.Faixas Pes.Civil	2329	1600003130	300.000,00
08.01.04.10.302.0018.2046 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL 31901300 - Obrigações Patronais	2330		50.000,00
08.01.04.10.302.0018.2046 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL 31911300 - Obrigações Patronais	2331		50.000,00
08.01.04.10.302.0018.2046 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL 33903400 - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos	2335	1600003130	300.000,00
08.01.04.10.302.0018.2046 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL 31900400 - Contratação Por Tempo Determinado	2333	1600003120	1.003.393,00
08.01.04.10.302.0018.2046 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL 31901100 - Venc. e Vanl.Faixas Pes.Civil	2334	1600003120	1.000.000,00
08.01.04.10.302.0018.2046 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL 31901300 - Obrigações Patronais	2335	1600003120	250.000,00
08.01.04.10.302.0018.2046 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL 31911300 - Obrigações Patronais	2336	1600003120	250.000,00

Art. 2º Como fonte de recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata a presente Lei, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação, no valor de R\$ 39.608.724,50 (trinta e nove

milhões e seiscentos e oito mil e setecentos e vinte e quatro reais e cinquenta centavos).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANUÁRIA, em 13 de maio de 2026.

MAURÍCIO ALMEIDA DO NASCIMENTO Prefeito Municipal
CHRISTIANO MACIEL CARNEIRO Secretário Municipal de Administração

LEI Nº 2.939 DE 13 DE MAIO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de revisão geral anual aos vencimentos dos servidores públicos do Quadro Permanente e Comissionado da Prefeitura Municipal de Januária/MG, e dá outras providências.

O POVO DO MUNICÍPIO DE JANUÁRIA, por meio de seus representantes na Câmara Municipal, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder revisão geral anual no percentual de 4,14% (quatro vírgula quatorze por cento) sobre o vencimento básico dos servidores públicos efetivos e comissionados da Prefeitura Municipal de Januária/MG, excluídos os agentes políticos.

§ 1º O percentual de revisão de que trata este artigo não se aplica:

- I - aos cargos públicos cujos vencimentos sejam fixados com base em pisos salariais definidos por legislação federal específica;
- II - aos cargos cujo vencimento básico corresponda ao valor do salário-mínimo nacional vigente.

§ 2º O índice de revisão estabelecido neste artigo tem como fundamento a variação acumulada do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), apurada no período de abril de 2025 a março de 2026.

Art. 2º A revisão prevista nesta Lei será incorporada aos vencimentos dos servidores municipais a partir de 1º de abril de 2026.

Art. 3º O Poder Executivo adequará o índice da folha de pagamento de acordo com a legislação federal pertinente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de abril de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANUÁRIA, em 13 de maio de 2026.

MAURÍCIO ALMEIDA DO NASCIMENTO Prefeito Municipal
CHRISTIANO MACIEL CARNEIRO Secretário Municipal de Administração

LEI Nº 2.940 DE 13 DE MAIO DE 2026

Dispõe sobre a criação e implementação do Centro Integrado de Atendimento à Pessoa Idosa (CIAPI), no âmbito do Município de Januária/MG, e dá outras providências.

O POVO DO MUNICÍPIO DE JANUÁRIA, através de seus representantes legais aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Centro Integrado de Atendimento à Pessoa Idosa – CIAPI, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, com atuação intersetorial junto à Secretaria Municipal de Saúde e



demais políticas públicas.

Art. 2º O Centro Integrado de Atendimento à Pessoa Idosa – CIAPI é um equipamento público municipal de caráter intersetorial, destinado à promoção, proteção e garantia dos direitos da pessoa idosa, por meio da oferta integrada de ações nas áreas de assistência social, saúde, cultura, esporte, lazer e convivência comunitária.

§ 1º O CIAPI não se caracteriza como serviço de acolhimento institucional, mas como espaço de convivência, fortalecimento de vínculos, promoção da autonomia, prevenção de agravos sociais e estímulo ao envelhecimento ativo e saudável.

§ 2º Suas ações observarão as diretrizes previstas no Estatuto da Pessoa Idosa, na Política Nacional do Idoso e na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, especialmente no que se refere ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Art. 3º O CIAPI tem como finalidade promover:

I - o envelhecimento ativo e saudável;

II - a convivência comunitária e o fortalecimento de vínculos familiares;

III - a promoção da autonomia, da dignidade e da qualidade de vida da pessoa idosa;

IV - a prevenção de situações de vulnerabilidade e isolamento social;

V - a integração entre políticas públicas voltadas à pessoa idosa.

Art. 4º O Centro Integrado de Atendimento à Pessoa Idosa ofertará, dentre outros, os seguintes serviços e atividades:

I - Eixo Convivência e Fortalecimento de Vínculos

a) Grupos de convivência;

b) Rodas Terapêutica e apoio

psicossocial;

c) Atividades intergeracionais;

d) Bailes e eventos culturais;

e) Passeios.

II - Eixo Cultura, Esporte e Lazer

a) Oficinas de artesanato, pintura, bordado e trabalhos manuais;

b) Oficinas de música, coral e dança;

c) Atividades físicas orientadas;

d) Hidroginástica;

e) Atividades recreativas e comemorativas.

III - Eixo Saúde e Bem-Estar

a) Ações de promoção à saúde e prevenção de doenças;

b) Orientações nutricionais;

c) Palestras educativas.

Art. 5º O CIAPI funcionará em regime de articulação permanente entre:

I - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

II - Conselho Municipal do Idoso;

III - Demais órgãos e entidades parceiras.

Art. 6º O público-alvo do Centro será composto por pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, prioritariamente aquelas em situação de vulnerabilidade social.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas se necessário, bem como por meio de:

I - recursos próprios do Município;

II - transferências estaduais e federais;

III - emendas parlamentares;

IV - parcerias e convênios.

Art. 8º O Centro Integrado de Atendimento à Pessoa Idosa (CIAPI) contará com equipe mínima composta por:

I - 01 (um) Coordenador;

II - 01 (um) Assistente Social;

III - Orientadores Sociais, conforme necessidade do serviço;

IV - 01 (um) Auxiliar de Serviços Gerais;

V - 02 (dois) Vigia;

VI - Educadores Físicos, conforme necessidade do serviço;

VII - 01 (uma) cozinheira;

VIII - 01 - Assistente administrativa.

§ 1º A composição da equipe poderá ser suprida mediante:

I - remanejamento de servidores públicos efetivos e/ou contratados do quadro municipal;

II - contratação temporária por excepcional interesse público, nos termos da legislação municipal vigente;

III - designação de servidores já vinculados à Administração Pública Municipal.

§ 2º A presente Lei não implica, obrigatoriamente, na criação de novos cargos efetivos, podendo o Poder Executivo estruturar o CIAPI conforme disponibilidade orçamentária e necessidade administrativa.

Art. 9º A coordenação do CIAPI será exercida por profissional designado pelo Poder Executivo.

§ 1º Caso o Coordenador designado seja servidor público efetivo do Município, fará jus à Gratificação de Função, em razão da responsabilidade e complexidade das atribuições.

§ 2º A gratificação:

I - não se incorporará aos vencimentos para qualquer efeito;

II - cessará automaticamente com a dispensa da função.

§ 3º Caso o Coordenador seja contratado temporariamente ou ocupe cargo comissionado, não fará jus à gratificação prevista neste artigo, percebendo apenas a remuneração correspondente à sua contratação.**Art. 10.** O Poder



Executivo regulamentará a presente Lei no que couber.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANUÁRIA, em 13 de maio de 2026.

MAURÍCIO ALMEIDA DO NASCIMENTO Prefeito Municipal
CHRISTIANO MACIEL CARNEIRO Secretário Municipal de Administração

LEI Nº 2.941 DE 13 DE MAIO DE 2026

Dispõe sobre a Política Municipal de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Município de Januária e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JANUÁRIA, Estado de Minas Gerais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A Política de Assistência Social do Município de Januária será executada em observância ao disposto nesta Lei.

Parágrafo único. A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de seguridade social não-contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS, DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES

Seção I

Dos Objetivos

Art. 2º A Política de Assistência Social do Município de Januária tem por objetivos:

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;

c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;

d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

II - a vigilância socioassistencial, que visa analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e, nela, a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realizar-se-á de forma integrada às políticas setoriais, com vistas à universalização da proteção social e do atendimento às contingências sociais.

Seção II

Dos Princípios

Art. 3º A política pública de assistência social rege-se pelos seguintes princípios:

I - universalidade: todos têm direito à proteção socioassistencial, prestada a quem dela necessitar, com respeito à dignidade e à autonomia do cidadão, sem discriminação de qualquer espécie ou comprovação vexatória da sua condição;

II - gratuidade: a assistência social deve ser prestada sem exigência de contribuição ou contrapartida, salvo o disposto no art. 35 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa);

III - integralidade da proteção social: oferta das provisões em sua completude, por meio de conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

IV - intersetorialidade: integração e articulação da rede socioassistencial com as demais políticas e órgãos setoriais de defesa de direitos e Sistema de Justiça;

V - equidade: respeito às diversidades regionais, culturais, socioeconômicas, políticas e territoriais, priorizando aqueles que estiverem em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social;

VI - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

VII - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

VIII - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IX - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

X - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e



projetos socioassistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Seção III

Das Diretrizes

Art. 4º A organização da Política Municipal de Assistência Social deverá observar as seguintes diretrizes:

I - primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo;

II - descentralização político-administrativa e comando único em cada esfera de gestão;

III - cofinanciamento partilhado dos entes federados;

IV - matricialidade sociofamiliar;

V - territorialização;

VI - fortalecimento da relação democrática entre Estado e sociedade civil;

VII - participação popular e controle social, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

CAPÍTULO III

DA GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Seção I

Da Gestão

Art. 5º A gestão das ações na área de assistência social é organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (SUAS), conforme estabelece a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, cujas normas gerais e coordenação são de competência da União.

Parágrafo único. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é integrado pelos entes federativos,

pelos respectivos Conselhos de Assistência Social e pelas entidades e organizações de assistência social abrangidas pela Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

Art. 6º O Município de Januária atuará de forma articulada com as esferas federal e estadual de governo, observadas as normas gerais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), cabendo-lhe coordenar e executar os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais em seu âmbito.

Art. 7º O órgão gestor responsável pelo comando único das ações da política de assistência social no Município de Januária denominar-se-á Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS).

§ 1º A estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social deverá conter, impreterivelmente, as áreas seguintes:

I - Gestão do SUAS: responsável por acompanhar e avaliar as ações de assistência social, implementar a política de educação permanente no âmbito do SUAS, bem como desenvolver as ações de Gestão do Trabalho, o monitoramento e avaliação dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS, coordenar o processo de registro das entidades e organizações no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social – CNEAS, apoiar a rede socioassistencial privada e as demais áreas essenciais do SUAS no planejamento e regulamentação das ações socioassistenciais e no fomento à gestão participativa, considerando as subdivisões administrativas de Vigilância Socioassistencial, Gestão

de Benefícios e Regulação do SUAS;

II - Proteção Social Básica: área responsável pela gestão do conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visam à prevenção das situações de vulnerabilidade e risco social, por meio de aquisições e do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;

III - Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade: área responsável pela gestão do conjunto de serviços, programas e projetos, que tem por objetivo contribuir para reconstrução de vínculos familiares e comunitários, defesa de direitos, fortalecimento das potencialidades e aquisições e proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos;

IV - Gestão Financeira e Orçamentária: área responsável pela elaboração de instrumentos da gestão financeira e orçamentária do SUAS, dentre eles o orçamento municipal para a área de assistência social, bem como pelo planejamento financeiro das funções de gestão e da prestação de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais à população usuária, em conjunto com as demais áreas essenciais do SUAS.

§ 2º A estrutura organizacional de que trata o §1º será estabelecida por ato do Poder Executivo.

Seção II

Da Organização

Art. 8º O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no âmbito do Município de Januária organizar-se-á pelos seguintes tipos de proteção:



I - Proteção Social Básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, por meio de aquisições e do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;

II - Proteção Social Especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.

Parágrafo único. A vigilância socioassistencial é um dos instrumentos das proteções da assistência social que identifica e previne as situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território.

Art. 9º A Proteção Social Básica compõe-se precipuamente dos seguintes serviços socioassistenciais, nos termos da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, sem prejuízo de outros que vierem a ser instituídos:

I - **Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF):** ofertado exclusivamente no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida; prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das

famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo;

II - **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV):** serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social;

III - **Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência, Pessoas Idosas, Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos:** serviço continuado, ofertado no domicílio, que tem por finalidade a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários, visando à garantia de direitos, ao desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social, à equiparação de oportunidades e à participação e ao desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência e pessoas idosas, a partir de suas necessidades, potencialidades individuais e sociais, prevenindo as situações de risco, a exclusão e o isolamento; além de prevenir situações de vulnerabilidade, desproteção, riscos sociais e violações de direitos que possam comprometer o desenvolvimento integral de crianças de até seis anos de idade, incluindo aquelas com deficiência, bem como o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e a efetivação de direitos.

Parágrafo único. Os serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica poderão ser

executados por equipes volantes em territórios extensos, isolados, em áreas rurais e ou de difícil acesso.

Art. 10 A Proteção Social Especial compõe-se precipuamente dos seguintes serviços socioassistenciais, nos termos da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, sem prejuízo de outros que vierem a ser instituídos:

I - Proteção Social Especial de Média Complexidade:

a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI): serviço de apoio, orientação e acompanhamento às famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos; compreende atenções e orientações direcionadas à promoção de direitos, à preservação e fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e ao fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e ou as submetem a situações de risco pessoal e social, e deve ser ofertado exclusivamente no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS;

b) Serviço Especializado de Abordagem Social: serviço ofertado de forma continuada e programada, com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa, que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras; deve buscar a resolução de necessidades imediatas e promover a inserção na rede de serviços socioassistenciais e nas demais políticas públicas, sob a perspectiva da garantia dos



direitos;

c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC): serviço com a finalidade de prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente; e de contribuir para o acesso a direitos e ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens, fazendo-se necessária para a oferta do serviço a observância da responsabilização face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normativas específicas para o cumprimento da medida;

d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias: oferta atendimento especializado a famílias com pessoas com deficiência, pessoas idosas e pessoas com algum grau de dependência, que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos, com a finalidade de promover a autonomia, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas participantes;

e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua: serviço ofertado a pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e ou sobrevivência, com a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas ao desenvolvimento de sociabilidades, sob a perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e ou

familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida.

II - Proteção Social Especial de Alta Complexidade:

a) Serviço de Acolhimento Institucional: oferta acolhimento em diferentes tipos de unidades, destinado a famílias e ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral, que deverá assegurar privacidade, respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual, nas modalidades de Abrigo Institucional, Casa-Lar, Casa de Passagem e Residência Inclusiva;

b) Serviço de Acolhimento em República: serviço que oferece proteção, apoio e moradia subsidiada a grupos de pessoas maiores de 18 (dezoito) anos, em estado de abandono, situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados e sem condições de moradia e autossustentação, egressos dos serviços de acolhimento, objetivando a gradual autonomia de seus residentes, incentivando sua independência ao funcionar num sistema que permite que seus moradores tomem as decisões com relação ao funcionamento da unidade de maneira conjunta;

c) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora: serviço que organiza o acolhimento de crianças e adolescentes, afastados da família por medida de proteção, em residência de famílias acolhedoras cadastradas, sendo responsável por selecionar, capacitar, cadastrar e acompanhar as famílias

acolhedoras, bem como realizar o acompanhamento da criança e/ou do adolescente acolhido e da família de origem;

d) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências: serviço que promove apoio e proteção à população em situações de emergência e calamidade pública, com a oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, conforme as necessidades detectadas.

Art. 11 A Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial serão ofertadas pela rede socioassistencial, de forma integrada, diretamente pelos entes públicos e/ou pelas entidades e/ou organizações de assistência social, vinculadas ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), respeitadas as especificidades de cada serviço, programa ou projeto socioassistencial.

§ 1º Considera-se rede socioassistencial o conjunto integrado da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social mediante a articulação entre todas as unidades do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

§ 2º A vinculação ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é o reconhecimento pela União, em colaboração com Município, de que a entidade ou organização integra a rede socioassistencial na forma do Capítulo VII desta Lei e dos demais atos regulamentares vigentes.

Art. 12 As unidades públicas estatais instituídas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que integram a estrutura administrativa municipal são:

I - Centro de Referência de



Assistência Social (CRAS): unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação e execução de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias no seu território de abrangência;

II - Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS): unidade pública de abrangência municipal, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da assistência social;

III - Unidade de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes: unidades que executam os serviços especializados que oferecem acolhimento e proteção a indivíduos e famílias afastados temporariamente do seu núcleo familiar e ou comunitário e se encontram em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos.

§ 1º As unidades de que dispõe este artigo são públicas, estatais, instituídas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), possuem interface com as demais políticas públicas e articulam, coordenam e ofertam os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social.

§ 2º A instalação das unidades públicas estatais no Município deve ser compatível com os serviços neles ofertados, observadas as normas gerais estabelecidas pelos entes competentes.

§ 3º A Proteção Social Básica e a

Proteção Social Especial serão ofertadas precipuamente no CRAS e no CREAS, respectivamente, e, de forma complementar, pelas entidades e organizações de assistência social.

Art. 13 A implantação das unidades de CRAS e CREAS deve observar as diretrizes da:

I - territorialização: oferta capilarizada de serviços com áreas de abrangência definidas baseada na lógica da proximidade do cotidiano de vida dos cidadãos; respeitando as identidades dos territórios locais, e considerando as questões relativas às dinâmicas sociais, distâncias percorridas e fluxos de transportes, com o intuito de potencializar o caráter preventivo, educativo e protetivo das ações em todo o município, mantendo simultaneamente a ênfase e prioridade nos territórios de maior vulnerabilidade e risco social;

II - universalização: oferta da Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial assegurada na totalidade dos territórios dos municípios e com capacidade de atendimento compatível com o volume de necessidades da população;

III - regionalização: participação, quando for o caso, em arranjos institucionais que envolvam municípios circunvizinhos e o governo estadual, visando assegurar a prestação de serviços socioassistenciais de proteção social especial cujos custos ou baixa demanda municipal justifiquem rede regional e desconcentrada de serviços no âmbito do Estado.

Art. 14 As ofertas socioassistenciais nas unidades públicas pressupõem a constituição

de equipe de referência na forma das normativas expedidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), notadamente as Resoluções n.º 269, de 13 de dezembro de 2006; n.º 17, de 20 de junho de 2011; e n.º 9, de 25 de abril de 2014 e suas alterações; ou outras que as sobrevierem.

Art. 15 O diagnóstico socioterritorial e os dados da vigilância socioassistencial são fundamentais para a definição da forma de oferta da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial.

Art. 16 O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) afiança as seguintes seguranças, observadas as normas gerais:

I - acolhida: provida por meio da oferta pública de espaços e serviços para a realização da proteção social básica e especial, devendo as instalações físicas e a ação profissional conter condições de recepção, escuta profissional qualificada, informação, referência, concessão de benefícios, aquisições materiais e sociais, abordagem em territórios de incidência de situações de risco, oferta de uma rede de serviços e de locais de permanência de indivíduos e famílias sob curta, média e longa permanência;

II - renda: operada por meio da concessão de auxílios financeiros e da concessão de benefícios continuados, nos termos da lei, para cidadãos não incluídos no sistema contributivo de proteção social, que apresentem vulnerabilidades decorrentes do ciclo de vida e/ou incapacidade para a vida independente e para o trabalho;

III - convívio ou vivência familiar, comunitária e social: exige a oferta pública de rede continuada de



serviços que garantam oportunidades e ação profissional para a construção, restauração e o fortalecimento de laços de pertencimento, de natureza geracional, intergeracional, familiar, de vizinhança e interesses comuns e societários; o exercício capacitado e qualificador de vínculos sociais e de projetos pessoais e sociais de vida em sociedade;

IV - desenvolvimento de autonomia: exige ações profissionais e sociais para o desenvolvimento de capacidades e habilidades ao exercício do protagonismo, da cidadania; para a conquista de melhores graus de liberdade, respeito à dignidade humana, protagonismo e certeza de proteção social ao cidadão, cidadã, família e sociedade; para a conquista de maior grau de independência pessoal e qualidade nos laços sociais, aos cidadãos e cidadãs sob contingências e vicissitudes;

V - apoio e auxílio: quando, sob riscos circunstanciais, exige a oferta de auxílio em bens de consumo, prestação de serviços ou em pecúnia, em caráter transitório denominados de benefícios eventuais para as famílias, seus membros e indivíduos.

Seção III

Das Responsabilidades

Art. 17 Compete ao Município de Januária, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:

I - destinar recursos financeiros para custeio dos benefícios eventuais de que trata o art. 22, da Lei Federal nº 8742, de 1993; mediante critérios e prazos estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS);

II - efetuar o pagamento do benefícios eventuais, previstos em lei;

III - executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil;

IV - atender às ações socioassistenciais de caráter de emergência;

V - prestar os serviços socioassistenciais de que trata o art. 23, da Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

VI - implantar e aprimorar a vigilância socioassistencial no âmbito municipal, visando ao planejamento e à oferta qualificada de serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais;

VII - implantar sistema de informação, acompanhamento, monitoramento e avaliação para promover o aprimoramento, qualificação e integração contínuos dos serviços da rede socioassistencial, conforme Pacto de Aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e Plano Municipal de Assistência Social (PMAS);

VIII - regulamentar e coordenar a formulação e a implementação da Política Municipal de Assistência Social, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social e com a Política Estadual de Assistência Social e as deliberações de competência do Conselho Municipal de Assistência Social, observando as deliberações das conferências nacional, estadual e municipal;

IX - regulamentar os benefícios eventuais em consonância com as deliberações do Conselho Municipal de Assistência Social

(CMAS) do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS) e do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS);

X - cofinanciar em conjunto com a esfera federal e estadual, o aprimoramento da gestão e dos serviços, programas, projetos e benefícios eventuais de assistência social, em âmbito local;

XI - cofinanciar em conjunto com a esfera federal e estadual, a Política Nacional de Educação Permanente, com base nos princípios da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS), coordenando-a e executando-a em seu âmbito;

XII - realizar o monitoramento e a avaliação da Política de Assistência Social em seu âmbito;

XIII - realizar a gestão local do Benefício de Prestação Continuada (BPC), garantindo aos seus beneficiários e famílias o acesso aos serviços, programas e projetos da rede socioassistencial;

XIV - realizar, em conjunto com o Conselho Municipal de Assistência Social, as Conferências de Assistência Social;

XV - gerir de forma integrada, os serviços, benefícios e programas de transferência de renda de sua competência;

XVI - gerir o Fundo Municipal de Assistência Social;

XVII - gerir no âmbito municipal, o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e o Programa Bolsa Família, nos termos do §1º do art. 8º da Lei nº 10.836, de 2004;

XVIII - organizar a oferta de serviços de forma territorializada, em áreas de maior vulnerabilidade e risco, de acordo com o diagnóstico socioterritorial;



XIX - organizar e monitorar a rede de serviços da Proteção Social Básica e Especial, articulando as ofertas;

XX - organizar e coordenar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em seu âmbito, observando as deliberações e pactuações de suas respectivas instâncias, normatizando e regulando a Política de Assistência Social em seu âmbito em consonância com as normas gerais da União;

XXI - elaborar a proposta orçamentária da assistência social no Município assegurando recursos do tesouro municipal;

XXII - elaborar e submeter ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), anualmente, a proposta orçamentária dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);

XXIII - elaborar e cumprir o plano de providências, no caso de pendências e irregularidades do Município junto ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e pactuado na Comissão Intergestora Bipartite (CIB);

XXIV - elaborar e executar o Pacto de Aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), implementando-o em âmbito municipal;

XXV - elaborar e executar a Política de Recursos Humanos, de acordo com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB/RH-SUAS);

XXVI - elaborar o Plano Municipal de Assistência Social (PMAS), a partir das responsabilidades e de seu respectivo e estágio no aprimoramento da gestão do

Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e na qualificação dos serviços, conforme patamares e diretrizes pactuadas nas instâncias de pactuação e negociação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS);

XXVII - elaborar e expedir os atos normativos necessários à gestão do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS);

XXVIII - elaborar e aprimorar os equipamentos e serviços socioassistenciais, observando os indicadores de monitoramento e avaliação pactuados;

XXIX - elaborar, alimentar e manter atualizado o Sistema de Informação do Sistema Único de Assistência Social – Rede SUAS;

XXX - preencher anualmente o Censo SUAS;

XXXI - implantar o Sistema de Cadastro Nacional de Entidade de Assistência Social (SCNEAS) de que trata o inciso XI do art. 19 da Lei Federal nº 8.742, de 1993;

XXXII - garantir a infraestrutura necessária ao funcionamento do respectivo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), assegurando recursos materiais, humanos e financeiros, inclusive com despesas referentes a passagens, traslados e diárias de conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições;

XXXIII - garantir que a elaboração da peça orçamentária esteja de acordo com o Plano Plurianual (PPA), o Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) e dos compromissos assumidos no Pacto de Aprimoramento do Sistema

Único de Assistência Social (SUAS);

XXXIV - garantir a integralidade da proteção socioassistencial à população, primando pela qualificação dos serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), exercendo essa responsabilidade de forma compartilhada entre a União, Estado e Município;

XXXV - garantir a capacitação para gestores, trabalhadores, dirigentes de entidades e organizações, usuários e conselheiros de assistência social, além de desenvolver, participar e apoiar a realização de estudos, pesquisas e diagnósticos relacionados à Política de Assistência Social, em especial para fundamentar a análise de situações de vulnerabilidade e risco dos territórios e o equacionamento da oferta de serviços em conformidade com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;

XXXVI - garantir o comando único das ações do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) pelo órgão gestor da Política de Assistência Social, conforme preconiza a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS);

XXXVII - definir os fluxos de referência e contrareferência do atendimento nos serviços socioassistenciais, com respeito às diversidades em todas as suas formas;

XXXVIII - definir os indicadores necessários ao processo de acompanhamento, monitoramento e avaliação, observado a suas competências;

XXXIX - implementar os protocolos pactuados na Comissão Intergestora Tripartite (CIT);

XL - implementar a gestão do



trabalho e a educação permanente;
XLI - promover a integração da Política Municipal de Assistência Social com outros sistemas públicos que fazem interface com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS);

XLII - promover a articulação Intersetorial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) com as demais políticas públicas e Sistema de Garantia de Direitos e Sistema de Justiça;

XLIII - promover a participação da sociedade, especialmente dos usuários, na elaboração da Política Municipal de Assistência Social;

XLIV - assumir as atribuições, no que lhe couber, no processo de municipalização dos serviços de Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial;

XLV - participar dos mecanismos formais de cooperação intergovernamental que viabilizem técnica e financeiramente os serviços de referência regional, definindo as competências na gestão e no cofinanciamento, a serem pactuadas na Comissão Intergestora Bipartite (CIB);

XLVI - prestar informações que subsidiem o acompanhamento estadual e federal da gestão municipal;

XLVII - zelar pela execução direta ou indireta dos recursos transferidos pela União e pelo Estado ao Município, inclusive no que tange a prestação de contas;

XLVIII - assessorar as entidades e organizações de Assistência Social visando à adequação dos seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais às normas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), viabilizando estratégias e mecanismos de organização para

aferir o pertencimento à rede socioassistencial, em âmbito local, de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais ofertados pelas entidades e organizações de assistência social de acordo com as normativas federais;

XLIX - acompanhar a execução de parcerias firmadas entre o município e as entidades e organizações de assistência social e promover a avaliação das prestações de contas;

L - normatizar, em âmbito local, o financiamento integral dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social ofertados pelas entidades e organizações vinculadas ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), conforme §3º do art. 6º B da Lei Federal nº 8.742, de 1993, e sua regulamentação em âmbito federal;

LI - aferir os padrões de qualidade de atendimento, a partir dos indicadores de acompanhamento definidos pelo respectivo Conselho Municipal de Assistência Social para a qualificação dos serviços e benefícios em consonância com as normas gerais;

LII - encaminhar para apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) os relatórios de atividades e de execução físico-financeira a título de prestação de contas;

LIII - compor as instâncias de pactuação e negociação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS);

LIV - estimular a mobilização e organização dos usuários e trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para a participação nas instâncias de controle social da Política Municipal de Assistência Social;

LV - instituir o planejamento contínuo e participativo no âmbito da Política Municipal de Assistência Social;

LVII - criar ouvidoria do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), preferencialmente com profissionais do quadro efetivo;

LVII - submeter os relatórios de execução orçamentária e financeira do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) à apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

Seção IV

Do Plano Municipal de Assistência Social

Art. 18 O Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) é um instrumento de planejamento estratégico que contempla propostas para execução e o monitoramento da Política de Assistência Social no âmbito do Município de Januária.

§ 1º A elaboração do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) dar-se-á a cada 4 (quatro) anos, coincidindo com a elaboração do Plano Plurianual (PPA), e contemplará:

- I - diagnóstico socioterritorial;
- II - objetivos gerais e específicos;
- III - diretrizes e prioridades deliberadas;
- IV - ações estratégicas para sua implementação;
- V - metas estabelecidas;
- VI - resultados e impactos esperados;
- VII - recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários;
- VIII - indicadores de monitoramento e avaliação;
- IX - cronograma de execução.

§ 2º O Plano Municipal de Assistência Social (PMAS), além do estabelecido no parágrafo anterior,



deverá observar:

I - as deliberações das Conferências de Assistência Social no âmbito local;

II - as metas nacionais e estaduais pactuadas que expressam o compromisso para o aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS);

III - as ações articuladas e intersetoriais;

IV - as ações de apoio técnico e financeiro à gestão descentralizada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

CAPÍTULO IV

DAS INSTÂNCIAS DE CONTROLE SOCIAL, PACTUAÇÃO E DELIBERAÇÃO DO SUAS

Seção I

Do Conselho Municipal de Assistência Social

Art. 19 Fica instituído o Conselho Municipal de Assistência Social de Januária, denominado CMAS/JANUÁRIA, órgão superior de deliberação colegiada, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), cujos membros, nomeados pelo Prefeito, têm mandato de 2 (dois) anos, permitida única recondução por igual período.

§ 1º O Conselho Municipal de Assistência Social será composto por 12 (doze) membros e respectivos suplentes, indicados de acordo com os critérios seguintes:

I - 06 (seis) representantes governamentais;

II - 06 (seis) representantes da sociedade civil, observadas as Resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), dentre representantes dos usuários ou de organizações de usuários,

das entidades e organizações de assistência social e dos trabalhadores do setor, escolhidos em foro próprio sob fiscalização do Ministério Público.

§ 2º Consideram-se, para fins de representação no Conselho Municipal de Assistência Social, o segmento:

I - de usuários: cidadãos, grupos e segmentos populacionais que se encontram em situações de desproteção social,

vulnerabilidades e riscos, nos termos previstos na Política Nacional de Assistência Social e na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;

II - de organizações de usuários: aquelas que tenham entre seus objetivos a defesa e garantia de direitos de indivíduos e grupos vinculados à Política de Assistência Social, na forma da Resolução n.º 99, de 4 de abril de 2023, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) ou outra que venha a substituí-la;

III - de trabalhadores: todas as formas de organização de trabalhadores da área, como associações de trabalhadores, sindicatos, federações, conselhos regionais de profissões regulamentadas, fóruns de trabalhadores, que defendem e representam os interesses dos trabalhadores da Política de Assistência Social.

§ 3º Fica impedido de representar o segmento dos trabalhadores na composição do conselho e no processo de conferências o profissional que estiver no exercício em cargo de designação, função de confiança, cargo em comissão ou de direção na gestão da Rede Socioassistencial Pública ou de Organizações da Sociedade Civil.

§ 4º É vedado ao trabalhador ocupar vaga destinada ao segmento de usuário.

§ 5º O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS/JANUÁRIA) será presidido por um de seus integrantes titulares, eleito dentre seus membros, para mandato de 1 (um) ano, permitida única recondução por igual período.

§ 6º Deve-se observar, a cada término de 2 (dois) anos de mandato do conselho, a alternância entre representantes da sociedade civil e governo na presidência e vice-presidência do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS/JANUÁRIA).

§ 7º Fica assegurada, preferencialmente, em cada mandato, a alternância dos segmentos que compõem a sociedade civil no exercício da função de presidente e vice-presidente.

§ 8º Quando houver vacância no cargo de presidente, o vice-presidente assumirá interinamente e convocará imediatamente nova eleição para presidente, em fórum próprio do segmento, a fim de completar o respectivo mandato, não interrompendo a alternância da presidência entre governo e sociedade civil, e devendo essa previsão constar no Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS/JANUÁRIA).

§ 9º O Secretário de Desenvolvimento Social, se for conselheiro, deve se abster em votações de matéria de aprovação de contas, por observância ao princípio da moralidade, e preferencialmente não deverá ocupar a presidência ou a vice-presidência.



§ 10 O conselheiro candidato a cargo eletivo dos poderes executivo ou legislativo deve afastar-se de suas funções no Conselho até a decisão do pleito, e, se eleito, não poderá continuar ocupando a função de conselheiro, devendo o suplente assumir.

§ 11 O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS/JANUÁRIA) contará com uma Secretaria Executiva, diretamente subordinada à presidência e ao colegiado, a qual terá nomeação e estrutura disciplinadas em atos do Poder Executivo.

Art. 20 O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS/JANUÁRIA) reunir-se-á ordinariamente uma vez ao mês e, extraordinariamente, sempre que necessário.

§ 1º As reuniões serão abertas ao público, com pauta e datas previamente divulgadas, e funcionarão de acordo com o Regimento Interno.

§ 2º As deliberações da plenária serão aprovadas por maioria simples dos conselheiros titulares ou no exercício da titularidade presentes, salvo os casos de quórum qualificado previstos no §3º deste artigo.

§ 3º Quando se tratar de matérias relacionadas à aprovação da alteração do Regimento Interno, à eleição da presidência, ao orçamento e financiamento da política de assistência social, a aprovação dar-se-á com os votos favoráveis de pelo menos 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho.

Art. 21 A função do conselheiro reveste-se de relevante interesse público, não será remunerada e seu exercício tem prioridade, justificando as ausências a

quaisquer outros serviços quando determinadas pelo comparecimento às plenárias, reuniões de comissões ou participação em diligências ou atividades de representação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS/JANUÁRIA).

Art. 22 O controle social do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Município efetivar-se-á por intermédio do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS/JANUÁRIA) e das Conferências Municipais de Assistência Social, além de outros fóruns de discussão da sociedade civil.

Art. 23 Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS/JANUÁRIA):

I - elaborar, aprovar e publicar seu regimento interno;

II - convocar as Conferências de Assistência Social, em conjunto com Poder Executivo, no âmbito municipal e acompanhar a execução de suas deliberações;

III - aprovar a Política Municipal de Assistência Social, em consonância com as diretrizes das Conferências de Assistência Social;

IV - apreciar e aprovar a proposta orçamentária, em consonância com as diretrizes das Conferências no âmbito municipal e da Política Municipal de Assistência Social;

V - aprovar o Plano Municipal de Assistência Social (PMAS), apresentado pelo órgão gestor da assistência social;

VI - aprovar o plano de capacitação, elaborado pelo órgão gestor;

VII - acompanhar o cumprimento das metas nacionais, estaduais e municipais do Pacto de Aprimoramento da Gestão do Sistema Único de Assistência

Social (SUAS);

VIII - acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão do Programa Bolsa Família (PBF) no âmbito municipal, sendo este o órgão responsável por seu controle social;

IX - normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social de âmbito local;

X - apreciar e aprovar informações da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) inseridas nos sistemas nacionais e estaduais de informação referentes ao planejamento do uso dos recursos de cofinanciamento e a prestação de contas;

XI - apreciar os dados e informações inseridas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), unidades públicas e privadas da assistência social, nos sistemas nacionais e estaduais de coleta de dados e informações sobre o Sistema Municipal de Assistência Social;

XII - alimentar os sistemas nacionais e estaduais de coleta de dados e informações sobre o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS/JANUÁRIA);

XIII - zelar pela efetivação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Município;

XIV - zelar pela efetivação da participação da população na formulação da política e no controle da implementação;

XV - deliberar sobre as prioridades e metas de desenvolvimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em seu âmbito de competência;

XVI - estabelecer critérios e prazos para concessão dos benefícios eventuais, definidos nesta Lei;

XVII - acompanhar, avaliar e



fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS);

XVIII - fiscalizar a gestão e execução dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família (IGDPBF), e do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social (IGDSUAS);

XIX - planejar e deliberar sobre a aplicação dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família (IGDPBF) e do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social (IGDSUAS) destinados às atividades de apoio técnico e operacional ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS/JANUÁRIA);

XX - participar da elaboração do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) no que se refere à assistência social, bem como do planejamento e da aplicação dos recursos destinados às ações de assistência social, tanto dos recursos próprios quanto dos oriundos do Estado e da União, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);

XXI - aprovar o aceite da expansão dos serviços, programas e projetos socioassistenciais, objetos de cofinanciamento;

XXII - orientar e fiscalizar o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);

XXIII - divulgar, no átrio da Prefeitura Municipal, ou em outro meio de comunicação, todas as decisões na forma de resoluções,

bem como as deliberações acerca da execução orçamentária e financeira do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) e os respectivos pareceres emitidos;

XXIV - receber, apurar e dar o devido prosseguimento a denúncias;

XXV - estabelecer articulação permanente com os demais conselhos de políticas públicas setoriais e conselhos de direitos;

XXVI - realizar a inscrição das entidades e organizações de assistência social;

XXVII - notificar fundamentadamente a entidade ou organização de assistência social no caso de indeferimento do requerimento de inscrição;

XXVIII - fiscalizar as entidades e organizações de assistência social;

XXIX - emitir resolução quanto às deliberações;

XXX - registrar em ata as reuniões;

XXXI - instituir comissões e convidar especialistas sempre que se fizerem necessários;

XXXII - avaliar e elaborar parecer sobre a prestação de contas dos recursos repassados ao município.

Art. 24 O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS/JANUÁRIA) deverá planejar suas ações de forma a garantir a consecução das atribuições e o exercício do controle social, primando pela efetividade e transparência das suas atividades.

Parágrafo único. O planejamento das ações do Conselho deve orientar a construção do orçamento da gestão da assistência social para o apoio financeiro e técnico às suas funções.

Subseção I

Da Composição

Art. 25 O Conselho Municipal de Assistência Social

(CMAS/JANUÁRIA) será composto por representantes do poder público municipal, titulares e respectivos suplentes, dos setores que desenvolvem ações ligadas às políticas sociais e econômicas, sendo:

I - 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

II - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;

III - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;

IV - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, preferencialmente do Departamento Municipal de Desenvolvimento Econômico;

V - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento.

Parágrafo único. Os representantes do poder público municipal serão indicados e nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, dentre os quais detenham efetivo poder de representação e decisão no âmbito da Administração Pública.

Art. 26 A sociedade civil será representada proporcionalmente entre os seus segmentos, sendo:

I - 02 (dois) representantes de entidades e organizações consideradas de atendimento, assessoramento ou defesa e garantia dos direitos dos usuários da Política de Assistência Social;

II - 02 (dois) representantes de usuários ou organizações de usuários vinculadas aos serviços, programas, projetos, benefícios, transferência de renda e defesa dos direitos dos usuários da Política de Assistência Social;

III - 02 (dois) representantes de trabalhadores ou organizações de trabalhadores do Sistema Único de



Assistência Social (SUAS), escolhidos em foro próprio com a participação de sindicatos, associações, conselhos profissionais ou outra entidade representativa dos trabalhadores, se houver.

Art. 27 A eleição dos representantes da sociedade civil ocorrerá em foro próprio, instalado especificamente para este fim, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data do término do mandato em curso, e será coordenada pela sociedade civil, sob a supervisão do Ministério Público.

Parágrafo único. Os conselheiros representantes da sociedade civil, assim como aqueles de representação do Poder Público, serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, em prazo adequado e suficiente para não existir descontinuidade em sua representação.

Art. 28 A sociedade civil e o poder público poderão, a qualquer tempo, realizar a substituição de seus respectivos representantes, por meio de comunicação expressa encaminhada à presidência do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS/JANUÁRIA).

Seção II

Da Conferência Municipal de Assistência Social

Art. 29 A Conferência Municipal de Assistência Social é instância máxima de debate, de formulação e de avaliação da Política Pública de Assistência Social e definição de diretrizes para o aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com a participação de representantes do Poder Público e da sociedade civil.

Art. 30 A Conferência Municipal de Assistência Social deve observar as seguintes diretrizes:

I - divulgação ampla e prévia do documento convocatório, especificando objetivos, prazos, responsáveis, fonte de recursos e comissão organizadora;

II - garantia da diversidade dos sujeitos participantes, inclusive da acessibilidade às pessoas com deficiência;

III - estabelecimento de critérios e procedimentos para a designação dos delegados governamentais e para a escolha dos delegados da sociedade civil;

IV - publicidade de seus resultados;

V - determinação do modelo de acompanhamento de suas deliberações;

VI - articulação com a Conferência Estadual e Nacional de Assistência Social.

Art. 31 A Conferência Municipal de Assistência Social será convocada ordinariamente a cada 4 (quatro) anos pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS/JANUÁRIA) e extraordinariamente, a cada 2 (dois) anos, conforme deliberação da maioria dos membros do Conselho.

Seção III

Da Participação dos Usuários

Art. 32 O estímulo à participação e ao protagonismo dos usuários no Conselho e na Conferência Municipal de Assistência Social é condição fundamental para viabilizar o exercício do controle social e garantir os direitos socioassistenciais.

§ 1º Usuários são cidadãos, grupos e segmentos populacionais que se encontram em situações de desproteção social, vulnerabilidades e riscos, nos termos previstos na Política Nacional de Assistência Social e na Tipificação Nacional de Serviços

Socioassistenciais.

§ 2º As organizações representativas dos usuários descritos no §1º deste artigo estão habilitadas a participarem das instâncias de participação e deliberações do SUAS.

§ 3º A representação dos usuários nas instâncias de participação e de deliberação do SUAS ocorrerá por meio de usuários integrantes de suas organizações representativas, democraticamente designados, preferencialmente dentre aquelas vinculadas aos serviços, programas, projetos, benefícios, transferência de renda e defesa dos direitos dos usuários da Política de Assistência Social.

Art. 33 O estímulo à participação dos usuários pode se dar a partir de articulação com movimentos sociais e populares e de apoio à organização de diversos espaços tais como: fórum de debate, audiência pública, comissão de bairro, coletivo de usuários junto aos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Parágrafo único. São estratégias para garantir a participação dos usuários, dentre outras:

I - o planejamento do Conselho e do órgão gestor;

II - a ampla divulgação do processo nas unidades prestadoras de serviços;

III - a descentralização do controle social por meio de comissões regionais ou locais.

Seção IV

Da Representação do Município nas Instâncias de Negociação e Pactuação do Sistema Único de Assistência Social

Art. 34 O Município de Januária será representado nas Comissões Intergestores Bipartite (CIB) e Tripartite (CIT), instâncias de



negociação e pactuação dos aspectos operacionais de gestão e organização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), respectivamente, em âmbito estadual e nacional; bem como no Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social (COGEMAS) e pelo Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (CONGEMAS).

Parágrafo único. O Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social (COGEMAS) e o Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (CONGEMAS) constituem entidades sem fins lucrativos que representam as Secretarias Municipais de Assistência Social, declaradas de utilidade pública e de relevante função social, onerando o município quanto à sua associação, a fim de garantir os direitos e deveres de associado.

CAPÍTULO V

DOS BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS

Seção I

Dos Benefícios Eventuais

Art. 35 Fica regulamentada a concessão de benefícios eventuais no Município de Januária, afiançados pelo art. 22 da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).

Parágrafo único. Entendem-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e são prestadas a indivíduos e famílias que se encontram em insegurança e desproteção social decorrentes de vulnerabilidade temporária, na forma prevista pela Lei Federal n.º 8.742, de 1993 e nas resoluções do

Conselho Nacional de Assistência Social.

Art. 36 Consideram-se, para fins desta Lei:

I - benefícios: provisões prestadas em forma de bens, prestação de serviços e pecúnia;

II - eventuais: entende-se como a situação temporária, proveniente da vivência da ocasião da incerteza, do inesperado, do circunstancial, do ocasional e do contingente;

III - inseguranças sociais de acolhida, convívio, renda, autonomia, apoio e auxílio: desproteções resultantes de vivências que ocasionam danos, perdas ou prejuízos e requerem atenção imediata;

IV - benefícios eventuais: provisões suplementares e temporárias para pessoas ou famílias em situação de insegurança social ocasionada por vivências de perdas, danos e prejuízos relacionadas às seguranças afiançadas pela política de assistência social;

V - prontidão: respostas imediatas e urgentes às necessidades das famílias e, ou indivíduos, vivenciadas por decorrência de privações, contingências imponderáveis e ocasionais.

Art. 37 As situações de vulnerabilidade e risco social que ensejam a concessão de benefícios eventuais são aquelas que estejam em consonância com as seguranças afiançadas pelo SUAS.

Art. 38 São consideradas seguranças afiançadas pelo SUAS, conforme a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS, 2012), aquelas especificadas no rol do art. 16 desta Lei.

Art. 39 São diretrizes que regem a gestão dos benefícios eventuais:

I - garantia da gratuidade da

concessão;

II - não subordinação a contribuições prévias e vinculação a quaisquer contrapartidas;

III - ampla divulgação dos critérios de concessão dos benefícios eventuais nas unidades de atendimento da política de assistência social;

IV - garantia da igualdade de condições no acesso aos benefícios eventuais, sem qualquer tipo de constrangimento, comprovação vexatória ou estigma ao cidadão e sua família;

V - garantia da equidade no atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, assegurando equivalência às populações urbanas e rurais, em especial aos povos e comunidades tradicionais específicos e migrantes;

VI - garantia da qualidade e agilidade na concessão dos benefícios;

VII - afirmação dos benefícios eventuais como direito relativo à cidadania.

Seção II

Dos Princípios dos Benefícios Eventuais

Art. 40 Os benefícios eventuais devem atender, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), aos seguintes princípios, com vistas à efetivação das funções de proteção social, defesa e garantia de direitos e vigilância de desproteção social dos beneficiários:

I - integração à rede de serviços socioassistenciais, visando a efetivação de proteção social;

II - constituição de provisão adequada, primando por procedimentos simples e ágeis, para enfrentar com presteza os eventos que gerem vulnerabilidades temporárias;



III - proibição de vinculação a contribuições prévias e condicionalidades;

IV - adoção de critérios de elegibilidade em consonância com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e com a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993;

V - garantia de planejamento e organização para a provisão de benefícios eventuais aos usuários, com prontidão e qualidade, na concessão, bem como espaços para manifestação e defesa de seus direitos;

VI - garantia da provisão do benefício eventual com referenciamento da(o) beneficiária(o) aos serviços socioassistenciais;

VII - garantia de igualdade de condições no acesso às informações e à fruição do benefício eventual;

VIII - afirmação dos benefícios eventuais como direito de cidadania;

IX - ampla divulgação dos critérios para a sua concessão; e

X - desvinculação de comprovações de renda complexas, vexatórias e discriminatórias, que estigmatizam beneficiários e a política de assistência social.

Parágrafo único. São vedadas exigências que causem constrangimento, opressão, discriminação ou quaisquer outras formas de violação de direitos humanos dos beneficiários para a comprovação dos critérios de acesso.

Seção III

Da Forma de Concessão e dos Beneficiários

Art. 41 A concessão dos benefícios eventuais visa restaurar as seguranças sociais de acolhida,

convívio e sobrevivência aos indivíduos e às famílias com impossibilidade temporária de arcar, por conta própria, com o enfrentamento de situações de vulnerabilidade decorrentes ou agravadas por contingências que causam danos, perdas e riscos, desprotegendo e fragilizando a manutenção e o convívio entre os indivíduos.

§ 1º As provisões dos benefícios eventuais serão preferencialmente garantidas em forma de pecúnia, podendo ocorrer também em forma de bens e, excepcionalmente, como prestação de serviço.

§ 2º É vedada a concessão de benefícios eventuais mediante a exigência de contribuição ou contraprestação de qualquer espécie.

Art. 42 Constituem público prioritário à concessão do benefício eventual as famílias em situações de extrema pobreza, em especial, cuja composição haja crianças, adolescentes, pessoas idosas ou com deficiência, gestantes, nutrízes e, ainda, aquelas atingidas por calamidade pública, bem como aquelas que residem em territórios de Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos.

Parágrafo único. São também considerados como parâmetros de priorização para fins de concessão dos benefícios eventuais:

I - as situações de dependência de cuidados;

II - a moradia em territórios específicos do município, em que se identifica maior incidência de desproteções sociais.

Art. 43 Os profissionais de nível superior das equipes de referência dos serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica e Especial de Média e Alta Complexidade da

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) são responsáveis pela concessão dos benefícios eventuais, por meio da emissão de opinião técnica.

§ 1º O Cadastro Único poderá ser utilizado para fins orientativos, como instrumento de apoio à análise social e ao planejamento da oferta dos benefícios eventuais, respeitada a supremacia das necessidades sociais sobre as exigências de renda ou rentabilidade econômica.

§ 2º Caso o beneficiário não esteja inscrito no CadÚnico, recomenda-se o encaminhamento para cadastramento, visando a melhor oferta e a garantia de acesso aos benefícios de transferência de renda.

§ 3º No processo de análise, concessão e gestão dos benefícios eventuais compete:

I - a todas as equipes de referência do SUAS do Município de Januária a identificação da necessidade e do direito de acesso ao benefício eventual e, quando for o caso, o devido encaminhamento às unidades públicas do SUAS para avaliação e concessão dos benefícios eventuais;

II - às equipes das entidades e organizações da sociedade civil de assistência social do Município de Januária referenciar as famílias ou indivíduos às unidades públicas do SUAS para avaliação e concessão dos benefícios eventuais;

III - às equipes de referência das unidades públicas do SUAS o reconhecimento do direito, a concessão do benefício, o acompanhamento familiar e a inserção da família ou do indivíduo em serviços socioassistenciais, quando necessário.

§ 4º Em conformidade com o



Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do SUAS, o acompanhamento familiar de que trata o §3º, III, deste artigo, é definido como um conjunto de intervenções desenvolvidas em serviços continuados, com objetivos estabelecidos, que possibilitam à família o acesso a um espaço onde possa refletir sobre sua realidade, construir novos projetos de vida e transformar suas relações, sejam elas familiares ou comunitárias.

§ 5º Para fins de concessão de benefício eventual, deve-se considerar como família o núcleo básico, vinculado por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade, circunscrito a obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração, gênero ou homoafetiva que vivam sob o mesmo teto, bem como o núcleo social unipessoal.

Seção IV

Dos Critérios e dos Prazos

Art. 44 A concessão do benefício eventual ocorrerá mediante a estrita observância dos critérios e prazos a serem estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS/JANUÁRIA), nos termos do §1º do art. 22 da Lei Federal nº 8.742, de 1993.

Parágrafo único. Para cumprimento do disposto no *caput*, o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS/JANUÁRIA) observará as disposições desta Lei, bem como na Lei Orgânica de Assistência Social e nas resoluções vigentes dos Conselhos Estadual e Nacional de Assistência Social.

Art. 45 As provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados às áreas da saúde, educação,

habitação, segurança alimentar e das demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de Benefícios Eventuais da Assistência Social.

Parágrafo único. Não se constituem, dentre outros, como benefícios eventuais:

- I - concessão de medicamentos;
- II - concessão de óculos, órteses e próteses;
- III - tratamento de saúde fora do domicílio;
- IV - construção e reforma de residências;
- V - alimentação especial;
- VI - transporte de passageiros, cuja finalidade não seja da assistência social;
- VII - pagamento de aluguel que não se caracterize como eventualidade.

Seção V

Das Modalidades de Benefícios Eventuais

Art. 46 Os benefícios eventuais serão ofertados nas seguintes modalidades:

- I - situação de gestação e nascimento;
- II - situação de morte;
- III - situação de vulnerabilidade temporária;
- IV - desastre, calamidade pública e emergências em assistência social.

Subseção I

Do Benefício Eventual por Situação de Gestação e Nascimento

Art. 47 As situações de vulnerabilidade temporária decorrentes da gestação e do nascimento de membro da família requerem provisão do benefício eventual, conforme dispõe a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e se destinam a atender às necessidades sociais da pessoa gestante, puérpera, nutriz, dos familiares, da criança ou das

crianças que vão nascer e das recém-nascidas.

§ 1º O benefício eventual em virtude de nascimento estender-se-á aos casos de pessoas em situação de rua e aos usuários da assistência social que, em passagem, tenham seus filhos nascidos no Município de Januária e aos que estiverem em unidades ou entidades de acolhimento sem referência familiar.

§ 2º O benefício eventual por situação de nascimento também é devido a:

- I - famílias e pessoas que geraram filhos ou se consideram mães e que possuem orientação sexual ou identidade de gênero diferente da socialmente estabelecida;
- II - casais que não possuem união oficializada;
- III - famílias monoparentais;
- IV - famílias adotantes de crianças;
- V - adolescentes grávidas ou mães adolescentes;
- VI - pessoas que realizam interrupção da gravidez nas situações previstas em Lei.

§ 3º O provimento do benefício eventual de que trata este artigo deve considerar, ainda:

- I - as circunstâncias peculiares da gestação e do nascimento como a ocorrência de gêmeos, trigêmeos, criança com deficiência e demandas materiais que envolvem as situações de guarda, adoção e acolhida no âmbito familiar, de modo a prevenir a institucionalização;
- II - as circunstâncias e necessidades sociais das famílias extensas, guardiãs e acolhedoras, fomentando o direito à convivência familiar e comunitária.

§ 4º O benefício eventual por situação de gestação e nascimento será concedido à família em



número igual ao de nascimentos ocorridos e observadas as disposições dos parágrafos anteriores, das seguintes formas:

I - na forma de bens de consumo, que consistirão em itens essenciais para o recém-nascido ou para a gestante ou puérpera, como de vestuário, utensílios para alimentação e de higiene, observada a qualidade que garanta a dignidade e o respeito à família beneficiária;

II - na forma de pecúnia, em parcela única.

§ 5º As formas de provisão previstas no §4º possuirão valor de referência de até 50% (cinquenta por cento) do valor do salário-mínimo vigente, observados os atos regulamentares expedidos pela Política de Assistência Social.

Subseção II

Do Benefício Eventual por Situação de Morte

Art. 48 O benefício eventual por situação de morte, constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da política de assistência social, na forma de prestação de serviços, bens de consumo ou pecúnia, para reduzir a vulnerabilidade provocada por morte do membro da família e visa não somente à garantia de funeral digno como também o enfrentamento de vulnerabilidades que surgem ou se intensificam após a morte de algum membro da família.

Art. 49 O benefício eventual por situação de morte atenderá as seguintes situações:

I - despesas de urna;

II - serviços funerários;

III - traslado do corpo, quando necessário;

IV - velório;

V - necessidades urgentes da

família para enfrentar riscos e vulnerabilidades advindas da morte de seu provedor ou membros;

VI - ressarcimento, no caso de ausência do benefício eventual quando este se fez necessário, em plena observância às normas estabelecidas nesta Lei e nos demais atos regulamentares vigentes.

Parágrafo único. No caso de falecimento de pessoa em situação de rua ou pessoa sem vínculos familiares, as provisões serão providenciadas diretamente pelo órgão gestor da Política de Assistência Social, em articulação com a Política Municipal de Saúde, mediante encaminhamento da rede intersetorial ou socioassistencial com a devida constatação da situação de rua ou da ausência de vínculos do indivíduo.

Art. 50 Compete ao Poder Público Municipal firmar protocolos interinstitucionais com a finalidade de definir responsabilidades e atribuições das políticas públicas municipais, com a adoção de fluxos e pronta resposta dos serviços demandados para velório, sepultamento e traslado quando necessário.

Art. 51 O benefício eventual por situação de morte será concedido nas formas de bens de consumo, pecúnia ou prestação de serviços, observado o valor de referência de até 1 (um) salário-mínimo e meio, e em consonância aos atos regulamentares expedidos pela Política de Assistência Social.

§ 1º O requerimento do benefício eventual por situação de morte poderá ser realizado por um integrante da família, pessoa autorizada mediante procuração, representante de instituição pública ou privada ou de outro órgão que

acompanhou, acolheu ou atendeu a pessoa antes de seu falecimento.

§ 2º Para os fins do §1º deste artigo, considera-se como integrante da família o núcleo básico, vinculado por laços consanguíneos e afinidade, circunscrito a obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração, gênero ou homoafetiva que vivam sob o mesmo teto, além daquele que se identifique como cônjuge ou companheiro ou como parente em linha reta ou colateral, inclusive por afinidade, até o segundo grau, notadamente genitores, avós, filhos, netos, irmãos, sogros e cunhados, durante o cunhadio.

§ 3º O serviço de sepultamento será isento de quaisquer tributos para as famílias beneficiárias do benefício eventual por situação de morte.

Subseção III

Do Benefício Eventual por Situação de Vulnerabilidade Temporária

Art. 52 A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pela presença circunstancial de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, que podem decorrer de:

I - falta de acesso circunstancial à alimentação, à moradia ou a unidades de acolhimento institucional e à documentação básica;

II - situação de dano, perda ou agravo decorrentes das vivências em territórios que estejam em situação de conflito, grave violação de direitos socioassistenciais, humanos, socioambientais e socioeconômicos;

III - situação de abandono, apatidão, preconceito, discriminação e isolamento;



IV - ocorrência de violência física, psicológica, sexual ou patrimonial, bem como de exploração sexual;

V - impossibilidade de a família garantir proteção social integral a crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência que vivenciam situações de risco de perda do vínculo familiar e comunitário;

VI - situações decorrentes de migração, refúgio, apatridia, repatriação, deportação e retorno;

VII - situação de rua decorrente de fragilidade ou perda dos vínculos familiares, de moradia e/ou violência intrafamiliar, dentre outras circunstâncias;

VIII - situações de exploração sexual e trabalho infantil, tráfico de pessoas, trabalho escravo ou trabalho em condições análogas à escravidão;

IX - outras situações de ameaça à vida ou que comprometam a sobrevivência e o convívio familiar e comunitário;

X - situações decorrentes da exploração de garimpo ilegal e outras formas de exploração ilegal dos territórios, que gerem riscos sociais, ambientais e sanitários, comprometendo a sobrevivência e a convivência comunitária de indivíduos e povos indígenas e de outros povos e comunidades tradicionais;

XI - da necessidade de acessar oportunidades de inclusão ao mundo do trabalho;

XII - da necessidade de mobilidade interurbana para garantia de visitas a familiares em cumprimento de medidas protetivas e ou socioeducativas, desde que não seja provido pelo serviço de origem.

Art. 53 A concessão de provisões nas situações de vulnerabilidade temporária será realizada de modo

a contemplar:

I - o acesso a bens materiais, por meio da concessão de bens alimentícios e quaisquer outros que estejam em consonância com as seguranças socioassistenciais da política de assistência social, que sejam identificados como necessidades eventuais das famílias no ato do atendimento ou acompanhamento realizado por profissionais de nível superior das equipes de referência dos serviços socioassistenciais;

II - o acesso à mobilidade, quando vislumbradas as seguintes situações:

a) traslado de indivíduo ou família que estejam em situação de violação de direitos; desde que não seja provido pelo serviço de origem;

b) situações de migração;

c) em casos comprovados de entrevistas de emprego ou outra oportunidade de acesso ao mundo do trabalho, verificada durante acompanhamento familiar descrito no §4º, I do art.43 desta Lei;

d) visita familiar a membro da família que esteja preso, além de outras situações que promovam a convivência familiar.

III - o pagamento urgente e em caráter temporário de aluguel, quando vislumbradas as seguintes situações:

a) necessidade de garantir proteção na situação de abandono ou de impossibilidade de garantir abrigo aos filhos;

b) ocorrência de perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça à vida;

c) em demais situações de desproteção social relacionadas ao direito à moradia decorrentes da

insegurança social de renda e autonomia, observadas as responsabilidades das demais políticas públicas do Município.

§ 1º O benefício de vulnerabilidade temporária será concedido na forma de pecúnia, bens de consumo e ou prestação de serviços, em caráter provisório, e seu valor, não superior a 1 (um) salário-mínimo nacional vigente, será fixado de acordo com os atos regulamentares expedidos pela Política de Assistência Social e com o grau de complexidade das situações de vulnerabilidade e risco pessoal em que se encontram as famílias e indivíduos, as quais serão definidas por meio de opinião técnica emitida pelos profissionais de nível superior das equipes de referência dos serviços socioassistenciais.

§ 2º Para acesso aos benefícios eventuais por vulnerabilidade temporária previstos nos incisos I, II e III do *caput*, é vedada a exigência de documentos que causem constrangimento, opressão ou discriminação aos beneficiários, bem como que requeiram a comprovação posterior da forma de utilização do benefício.

§ 3º O benefício eventual para custeio de aluguel será impreterivelmente condicionado à definição de temporalidade para sua concessão, bem como à articulação contínua com a política local de habitação, para que a família ou indivíduo tenha sua demanda atendida de forma definitiva.

§ 4º O benefício eventual na forma de aluguel concedido às mulheres vítimas de violência deve manter articulação com a política local de habitação e as demais políticas de proteção e defesa das mulheres,



observadas as previsões do art. 23 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

§ 5º É vedada a utilização do benefício eventual para acesso a passagens e transporte previsto no inciso II deste artigo para desenvolvimento de práticas higienistas, aporofóbicas, ações involuntárias e compulsórias ou outras ações que coloquem os beneficiários em situação vexatória, em especial a população em situação de rua.

§ 6º As provisões de bens alimentícios para situações de fome e insegurança alimentar devem ser excepcionais, cumprir seu caráter temporário e emergencial, bem como devem ser avaliadas pelo profissional de referência, a fim de que a concessão do benefício eventual para provimento de necessidades alimentares atenda ao caráter de enfrentamento pontual da insegurança social de renda e autonomia e observe a necessidade de articulação com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Subseção IV

Do Benefício Eventual por Situação de Desastre, Calamidade Pública e Emergências em Assistência Social

Art. 54 Nas situações de desastre, calamidade pública e emergências em assistência social, o benefício eventual deverá prover meios para a garantia da sobrevivência, da redução dos danos, da dignidade da pessoa humana, das seguranças socioassistenciais, bem como para assegurar a condição de convivência familiar e comunitária.

§ 1º Consideram-se situações de calamidade pública os eventos anormais, que provocam danos e

prejuízos que comprometem a capacidade de resposta do Município, decorrentes de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias, os quais causem sérios danos à comunidade afetada, inclusive à segurança ou à vida de seus integrantes e outras situações imprevistas ou decorrentes de caso fortuito.

§ 2º Entende-se por desastre o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, causando grave perturbação ao funcionamento de uma comunidade e ou família, com extensas perdas e danos humanos, econômicos ou materiais, e excede a capacidade dos afetados de lidar com o problema usando meios próprios.

§ 3º As emergências em assistência social caracterizam-se como situações de risco excepcional, de caráter coletivo, que resultem em desproteção social à população do Município e requerem a adoção de medidas imediatas, e incluem as situações de calamidade pública e desastre.

§ 4º A proteção da assistência social em situações de desastre, calamidade pública ou emergência será destinada às famílias e indivíduos afetados que se encontram em situação de vulnerabilidade temporária causadas pelo respectivo evento.

§ 5º A provisão do benefício eventual deve ser efetivada para indivíduos, famílias e grupos atingidos independentemente da existência de Plano de Contingência Local ou da decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelo Município.

§ 6º As provisões deverão ser ofertadas mediante o cadastramento das famílias atingidas, conforme as suas necessidades e as prioridades elencadas em conjunto com os demais setores envolvidos.

§ 7º Cabe ao Poder Público Municipal firmar protocolos interinstitucionais com a finalidade de definir atribuições e fluxos para a atuação da Defesa Civil, da Assistência Social, da Segurança Alimentar e Nutricional e das demais políticas públicas locais, respeitadas as normativas municipais, estaduais e federais vigentes.

§ 8º Impreterivelmente, deverá ser articulado junto à Defesa Civil a realização de ações imediatas de caráter emergencial na assistência às vítimas de desastres e calamidades, de modo a garantir a prestação de atenção coletiva.

§ 9º Nos casos de emergências e desastres que coloquem em risco a sobrevivência, deverão ser dispensadas exigências para reconhecimento do direito que comprometam a agilidade e a presteza, agindo para a identificação da situação e o pronto atendimento das famílias e indivíduos afetados.

§ 10 O benefício eventual para indivíduos e famílias desabrigados, desalojados ou residentes em área de risco poderá ser concedido como medida temporária e subsidiária, não substituindo o direito à moradia, sob responsabilidade da política pública de habitação, priorizando essa estratégia em detrimento a soluções de unidades de acolhimento institucional temporários e provisórios.

Art. 55 O benefício eventual de que



trata esta subseção será concedido na forma de pecúnia, bens de consumo ou prestação de serviços, em caráter suplementar e provisório, e seu valor, não superior a 1 (um) salário-mínimo nacional vigente, será fixado de acordo com os atos regulamentares expedidos pela Política de Assistência Social e com o grau de complexidade das situações de vulnerabilidade e risco pessoal em que se encontram as famílias e indivíduos, o qual será definido por meio de opinião técnica emitida pelos profissionais de nível superior das equipes de referência dos serviços socioassistenciais.

Parágrafo único. O benefício eventual concedido em situações de calamidade, desastre ou emergências em assistência social, quando efetivado em pecúnia, deverá ser concedido para as despesas emergenciais das famílias, de modo a não eximir a responsabilidade da ação das demais políticas públicas do Município.

Seção VI

Dos Recursos Orçamentários para a Oferta de Benefícios Eventuais

Art. 56 As despesas decorrentes da execução dos benefícios eventuais serão providas por meio de dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).

§ 1º As despesas com benefícios eventuais deverão ser previstas anualmente na Lei Orçamentária Anual do Município (LOA).

§ 2º O financiamento dos benefícios eventuais se dará por meio de recursos provenientes do Estado de Minas Gerais, notadamente por meio do Piso Mineiro de Assistência Social, bem como do Tesouro Municipal e de

outras receitas eventualmente criadas pelos entes federados com esta finalidade.

§ 3º A concessão e o respectivo pagamento dos benefícios eventuais considerará a disponibilidade financeira e orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), dadas as prioridades definidas nesta Lei.

Seção VII

Das Responsabilidades do Órgão Gestor

Art. 57 Cabe ao órgão gestor da Política de Assistência Social a operacionalização da concessão dos benefícios eventuais, de acordo com o disposto nela Lei, além de:

I - ofertar ações de capacitação aos profissionais envolvidos nos processos de concessão dos benefícios e de acompanhamento dos beneficiários, visando à necessária integração de serviços e benefícios socioassistenciais;

II - garantir as condições necessárias para inclusão e atualização dos dados dos beneficiários no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;

III - apurar irregularidades referentes à concessão do benefício eventual.

IV garantir, em conjunto com o Conselho Municipal de Assistência Social, a ampla divulgação dos benefícios eventuais, de modo a publicizar:

a) os procedimentos para reconhecimento do direito, incluindo a responsabilidade legal perante informações autodeclaratórias e assinaturas;

b) os critérios adotados e as condições de concessão do benefício;

c) os espaços para recorrer em

caso de reclamação para a defesa e garantia de seus direitos.

V - assegurar dispositivos para manifestação e reclamação, por parte dos beneficiários;

VI criar espaços de escuta para avaliação e sugestões de aprimoramento e qualificação dos processos para acesso aos benefícios eventuais.

Seção VIII

Das Disposições Gerais

Art. 58 Os valores referentes a cada modalidade de benefício eventual poderão ser excedidos no ato de sua respectiva concessão, quando houver excepcional e extrema necessidade identificada pelos profissionais de nível superior das equipes de referência, a fim de assegurar a plena proteção social do requerente.

§ 1º Havendo a necessidade de concessão de benefício eventual em valor maior do que o teto estabelecido no regulamento, o responsável pela concessão deverá verificar, anteriormente, no órgão gestor da política de assistência social, a existência de disponibilidade financeira e orçamentária.

§ 2º A concessão e a provisão de benefícios eventuais devem ser descentralizadas nas unidades públicas estatais do SUAS no Município de Januária, a fim de garantir o acesso ágil por parte dos beneficiários.

CAPÍTULO VI

DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS

SOCIOASSISTENCIAIS

Seção I

Dos Serviços Socioassistenciais

Art. 59 Compreende-se por serviços socioassistenciais as atividades continuadas que visam à melhoria de vida da população e,



cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas na Lei Federal n.º 8.742, de 1993, e na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

Seção II

Dos Programas de Assistência Social

Art. 60 Os programas de assistência social compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais.

§ 1º Os programas serão definidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social, obedecidos aos objetivos e princípios que regem Lei Federal n.º 8.742, de 1993, com prioridade para a inserção profissional e social.

§ 2º Os programas voltados para a pessoa idosa e integração da pessoa com deficiência serão devidamente articulados com o Benefício de Prestação Continuada estabelecido no art. 20 da Lei Federal n.º 8.742, de 1993.

Seção III

Dos Projetos de Enfrentamento a Pobreza

Art. 61 Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio-ambiente e sua organização social.

CAPÍTULO VII

DAS ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 62 São entidades ou organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela Lei Federal n.º 8.742, de 1993, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.

Art. 63 As entidades e organizações de assistência social e os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais serão inscritos no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS/JANUÁRIA) para que obtenham a autorização de funcionamento no âmbito da Política Nacional de Assistência Social, observado os parâmetros nacionais de inscrição definidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS/JANUÁRIA) publicará resolução própria que tratará sobre as diretrizes e prazos para o recebimento da inscrição de entidades e organizações de assistência social.

Art. 64 Constituem critérios para a inscrição das entidades ou organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, no Conselho Municipal de Assistência Social:

I - executar ações de caráter continuado, permanente e planejado;
II - assegurar que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais sejam ofertados

na perspectiva da autonomia e garantia de direitos dos usuários;
III - garantir a gratuidade e a universalidade em todos os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;
IV - garantir a existência de processos participativos dos usuários na busca do cumprimento da efetividade na execução de seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 65 As entidades e organizações de assistência social, no ato da inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social, demonstrarão:

I - ser pessoa jurídica de direito privado, devidamente constituída;
II - aplicar suas rendas, seus recursos e eventual resultado integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
III - elaborar plano de ação anual;
IV - ter expresso em seu relatório de atividades:

a) finalidades estatutárias;
b) objetivos;
c) origem dos recursos;
d) infraestrutura;
e) identificação de cada serviço, programa, projeto e benefício socioassistencial executado.

Parágrafo único. Os pedidos de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS/JANUÁRIA) observarão as seguintes etapas de análise:

I - análise documental;
II - visita técnica, quando necessária, para subsidiar a análise do processo;
III - elaboração do parecer da Comissão;
IV - pauta, discussão e deliberação sobre os processos em reunião plenária;



V - publicação da decisão plenária;
VI - emissão do comprovante;
VII - notificação à entidade ou organização de assistência social por meio de documento oficial.

CAPÍTULO VIII

DO FINANCIAMENTO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 66 O financiamento da Política Municipal de Assistência Social será previsto e executado por meio dos instrumentos de planejamento orçamentário municipal, que se desdobram no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Parágrafo único. O orçamento da assistência social deverá ser inserido na Lei Orçamentária Anual, devendo os recursos alocados no Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) serem voltados à operacionalização, prestação, aprimoramento e viabilização dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 67 Caberá ao órgão gestor da assistência social, responsável pela utilização dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), o controle e o acompanhamento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, por meio dos respectivos órgãos de controle, independentemente de ações do órgão repassador dos recursos.

Seção I

Do Fundo Municipal de Assistência Social

Art. 68 Fica criado o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), fundo público especial de gestão orçamentária, financeira e contábil, com objetivo de proporcionar recursos para cofinanciar a gestão, serviços,

programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 69 Constituir-se-ão receitas do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS):

I - recursos provenientes da transferência dos Fundos Nacional e Estadual de Assistência Social;

II - dotações orçamentárias do Município e recursos adicionais que a Lei estabelecer no transcorrer de cada exercício;

III - doações, auxílios, contribuições, subvenções de organizações internacionais e nacionais, governamentais e não governamentais;

IV - receitas de aplicações financeiras de recursos do fundo, realizadas na forma da lei;

V - as parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que o Fundo Municipal de Assistência Social terá direito a receber por força da lei e de convênios no setor;

VI - produtos de convênios firmados com outras entidades financiadoras;

VII - doações em espécie feitas diretamente ao Fundo;

VIII - outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.

§ 1º A dotação orçamentária de que dispõe o inciso II do *caput*, prevista para o Fundo Municipal de Assistência Social, será automaticamente transferida para a respectiva conta bancária tão logo sejam realizadas as receitas correspondentes.

§ 2º Os recursos que compõem o Fundo serão depositados em instituições financeiras oficiais, em conta especial sob a denominação

de Fundo Municipal de Assistência Social de Januária.

§ 3º As contas receptoras dos recursos dos cofinanciamentos federal e estadual das ações socioassistenciais serão abertas, respectivamente, pelos Fundos Nacional e Estadual de Assistência Social.

§ 4º Cabe ao Município de Januária realizar a abertura de conta bancária específica, ou mais de uma, vinculadas ao Fundo Municipal de Assistência Social, para alocação dos recursos próprios destinados ao cofinanciamento municipal dos serviços, programas e benefícios socioassistenciais.

Art. 70 O Fundo Municipal de Assistência Social será gerido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, sob orientação e fiscalização do Conselho Municipal de Assistência Social.

§ 1º A proposta orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) deverá ser aprovada pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e constar na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 2º O Fundo Municipal de Assistência Social integrará o orçamento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social como unidade orçamentária própria, e contemplará exclusivamente as ações relacionadas à gestão do SUAS, serviços, programas, projetos e benefícios do Sistema Único de Assistência Social, conforme as orientações do Fundo Nacional de Assistência Social.

Art. 71 Os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) serão aplicados em:

I - financiamento total ou parcial de



programas, projetos e serviços de assistência social desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), ou por órgão conveniado;

II - em parcerias entre poder público e entidades ou organizações de assistência social para a execução de serviços, programas e projetos socioassistenciais específicos;

III - aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento das ações socioassistenciais;

IV - construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para execução da política de assistência social;

V - desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de assistência social;

VI - pagamento dos benefícios eventuais, conforme o disposto no inciso I do art. 15 da Lei Federal n.º 8.742, de 1993;

VII - pagamento de profissionais que integrarem as equipes de referência, responsáveis pela gestão, organização e oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 72 O repasse de recursos para as entidades e organizações de assistência social, devidamente inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS/JANUÁRIA), será efetivado por intermédio do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), de acordo com deliberações deste Conselho, observando o disposto nesta Lei e na legislação federal pertinente, sobretudo na Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, e em conformidade com

os planos de trabalho aprovados pelo CMAS.

Art. 73 A contabilidade evidenciará a situação financeira e orçamentária da política de assistência social, bem como apurará custos de serviços, interpretando e avaliando, os resultados obtidos, conforme a legislação pertinente.

Art. 74 O setor de patrimônio evidenciará a situação patrimonial da política de assistência social, conforme a legislação pertinente.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 75 Ficam revogadas as Leis Municipais:

I - Lei n.º 1.678, de 28 de março de 1996;

II - Lei n.º 2.344, de 20 de dezembro de 2012;

III - Lei n.º 2.345, de 20 de dezembro de 2012;

IV - Lei n.º 2.386, de 20 de setembro de 2013; e

V - Lei n.º 2.392, de 14 de outubro de 2013.

Art. 76 Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANUÁRIA, em 13 de maio de 2026.

MAURÍCIO ALMEIDA DO NASCIMENTO Prefeito Municipal
CHRISTIANO MACIEL CARNEIRO Secretário Municipal de Administração

LEI COMPLEMENTAR Nº 166 DE 13 DE MAIO DE 2026

Dispõe sobre a ampliação do número de vagas do cargo de Nutricionista no âmbito da Administração Pública do Município de Januária e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JANUÁRIA, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam ampliadas em 03 (três) vagas o quantitativo do cargo efetivo de Nutricionista, previsto na Lei Complementar nº 94, de 4 de setembro de 2015, destinadas ao atendimento das demandas do Município de Januária.

Art. 2º O cargo, a lotação, a carga horária, vencimento básico, requisitos básicos e as atribuições estão presentes no Anexo I desta Lei Complementar.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANUÁRIA, em 13 de maio de 2026.

MAURÍCIO ALMEIDA DO NASCIMENTO Prefeito Municipal
CHRISTIANO MACIEL CARNEIRO Secretário Municipal de Administração

ANEXO I

Da Descrição do Cargo

Cargo	Nutricionista
Lotação	Secretaria Municipal de Educação
Carga Horária	30 (trinta) horas semanais
Vencimento Base	RS 3.708,54
Requisitos	Diploma de Nível Superior em Nutrição, com registro ativo no Conselho Regional de Nutricionistas (CRN)



<p>Atribuições (Vide Lei Complementar nº 94/2015)</p>	<p>Executar atividades, individualmente ou em equipe, na área de saúde pública, correspondente à sua especialidade, observadas a respectiva regulamentação profissional e as normas de segurança e higiene do trabalho; participar do planejamento, coordenação e execução dos programas, estudos, pesquisas e outras atividades de saúde articulando com as diversas instituições para a implementação das ações integradas; participar do planejamento, elaboração e execução de programas de treinamento em serviço e de capacitação de recursos humanos; participar e realizar reuniões educativas junto a comunidade; integrar equipe multiprofissional, promovendo a operacionalização dos serviços, para assegurar o efetivo atendimento às necessidades da população; prestar assistência nutricional, identificando a população-alvo e as necessidades nutricionais; orientar familiares e responsáveis providenciando a educação e orientação nutricional; planejar cardápios; confeccionar escalas de trabalho; selecionar fornecedores; selecionar gêneros perecíveis e não perecíveis, equipamentos e utensílios; supervisionar compras, recepção de gêneros e estoque de alimentos; supervisionar pessoal operacional, preparo e distribuição das refeições; executar procedimentos técnico-administrativos; efetuar controle higiênico sanitário, através do controle da higienização de pessoal, utensílios e dos alimentos; controlar a validade dos produtos; planejar unidades de alimentação e nutrição; exercer atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento na área de nutrição; executar outras atribuições afins.</p>
---	---

<p>Transporte</p>	<p>Titular: Pablo da Silva Oliveira – Matrícula: 15205 Suplente: Maria Aparecida Gonçalves – Matrícula: 6063</p>
<p>Hospital Municipal</p>	<p>Titular: Vladimir Caldeira de Souza Junior – Matrícula: 17984 Suplente: Luan Gonçalves dos Santos – Matrícula: 22313 Titular: Herisson Daniel Rodrigues Pedreira – Matrícula: 22350 Suplente: Tereza Bethania Mendes de Souza – Matrícula: 22320 Titular: Iara Santana Bezerra Santos – Matrícula: 21858 Suplente: Luciana Viana Pereira Frols – Matrícula: 6136 Titular: Andrea Amaral Lisboa – Matrícula: 10155 Suplente: Herberth Alves Neres – Matrícula: 8461 Titular: Laisa Martins Lopes Oliva – Matrícula: 26030 Suplente: Lorena Fluzza Aquino Aparecido – Matrícula: 25472</p>
<p>CAPS I</p>	<p>Titular: Beatriz Canabrava Bezerra – Matrícula: 24123 Suplente: Suelen Araújo da Silva – Matrícula: 24670</p>
<p>CAPS AD</p>	<p>Titular: Aday Juneo Mendonça Machado – Matrícula: 8619 Suplente: Renata Sídônio Ataide Fonseca Moura – Matrícula: 25290</p>

Art. 2º O Fiscal de Contratos, ora designado, garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância a legislação vigente, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, caberá, ainda, no que for compatível com o contrato em execução:

- I – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
- II – Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
- III – Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade;
- IV – Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;
- V – Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
- VI – Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
- VII – Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;
- VIII – Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;
- IX – Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de

modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

X – Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

XI – Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;

XII – Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual.

XIII – Exercer outras atividades correlatas à sua função.

Art. 3º O Fiscal designado deverá ser entregue pelo Departamento de Gestão de Contratos e Licitação, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado, sem prejuízo de outros documentos que entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º Fica garantido ao Fiscal de Contratos amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 111, de 27 de novembro de 2025, e a Portaria nº 057, de 29 de abril de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANUÁRIA, em 12 de maio de 2026.

PORTARIAS

PORTARIA Nº 064 DE 12 DE MAIO DE 2026

Designa Fiscais de Contratos no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JANUÁRIA, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 67, VI, da Lei Orgânica do Município – LOM.

CONSIDERANDO necessária a atualização dos membros com a designação de titular e suplente que irão atuar como fiscais de atas e contratos.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os seguintes servidores listado abaixo para atuar como Fiscais de Contratos Administrativos no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde:

Setor	Profissionais
Vigilância Sanitária	Titular: Joelson Gil de Assis – Matrícula: 8756 Suplente: Gerson dos Santos Lima – Matrícula: 9373
Vigilância em Saúde	Titular: Luzeni Noronha Neves – Matrícula: 8672 Suplente: Karine Neves Mota – Matrícula: 21995
Regulação	Titular: Danielle Pereira Alves – Matrícula: 24168 Suplente: Eni Aparecida Demétrio – Matrícula: 8604
Imunização	Titular: Anne Caroline Figueiredo Viana – Matrícula: 23288 Suplente: Ademar Neto Souza Afonso – Matrícula: 8318
Farmácia	Titular: Maria Helena Martins Botelho – Matrícula: 14010
CEAE	Titular: Graziela Seixas Lima – Matrícula: 25548 Suplente: Camila Peixoto Silva – Matrícula: 9378
CEDRI	Titular: Válder Figueiredo de Queiroz s – Matrícula: 25553 Suplente: Ingrid Sharlane Barbosa – Matrícula: 10392
Junta Reguladora	Titular: Juliana Lins Gomes Nascimento – Matrícula: 17265 Suplente: Juliana Cássia Correa – Matrícula: 8577
CAPS II	Titular: Luciana de Oliveira Melo – Matrícula: 22257 Suplente: André Araújo Chaves – Matrícula: 17817
Leishmaniose	Titular: Jailton Xavier Santos – Matrícula: 9377 Suplente: Dalvenir Pereira da Silva – Matrícula: 8597
Vigilância Epidemiológica (Endemias)	Titular: Paulo Augusto R. Almeida – Matrícula: 9472 Suplente: Patrícia Rodrigues Alves Veloso – Matrícula: 9491
NATJU	Titular: Maria Clara Cerqueira Crispim – Matrícula: 26749 Suplente: Taliane de Souza Lopes – Matrícula: 18928
Atenção Primária	Titular: Julliyana Almeida Durães – Matrícula: 23489 Suplente: Kelly Adriane Costa Guedes Lima – Matrícula: 26763 Titular: Antônio Marcos Rodrigues da Silva – Matrícula: 22340 Suplente: Ester Machado Martins Versiani – Matrícula: 26869
Setor de Compras	Titular: Fernanda Azevedo dos Santos – Matrícula: 23356



**MAURÍCIO ALMEIDA DO
NASCIMENTO** Prefeito Municipal
**CHRISTIANO MACIEL
CARNEIRO** Secretário Municipal
de Administração



LICITAÇÕES E CONTRATOS

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº429/2026



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANUÁRIA
Rua Ana Maria Montalvão Pimenta, nº 75, Centro
Januária/MG – CEP 39480-000
CNPJ nº 21.461.546/0001-10

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 429/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 014/2026

O MUNICÍPIO DE JANUÁRIA/MG, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 21.461.546/0001-10, com sede administrativa na Rua Ana Maria Montalvão Pimenta nº75, Bairro Centro, Januária/MG, neste ato representado pela Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, nomeada pelo Decreto nº 5391/2025, de ora em diante denominado simplesmente “**LOCATÁRIO**”, e de outro lado o Sr. **GEAN OLIVEIRA SANTANA**, inscrita no CPF sob o nº 142.578.796-70, residente e domiciliado na Rua Santa Luiza, casa nº 48, distrito de São Joaquim, Januária/MG, de ora em diante denominado simplesmente “**LOCADOR**”, neste ato tendo em vista o que consta no Procedimento Administrativo de Inexigibilidade nº 041/2026, em observância às disposições da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991 e da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PROCEDIMENTO DE INEXIGIBILIDADE

1.1 - Este termo de Contrato tem como objeto a locação de imóvel localizado na **Avenida Santo Antônio nº607, distrito de São Joaquim, Januária/MG**, para a instalação e funcionamento do posto de cadastramento do Programa Bolsa Família, conforme laudo de vistoria que é parte integrante deste instrumento contratual.

1.2 - O presente termo de Contrato é formalizado com fundamento no inciso V do art.74 da Lei Federal nº 14.133/2021, o qual autoriza a Inexigibilidade de licitação e na justificativa de Inexigibilidade apresentada pelo órgão solicitante, além do disposto na Lei nº 8.245/91.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

2.1 - O valor mensal convencionado entre as partes é **R\$ 900,00 (novecentos reais)**, e o valor global estimado da contratação de **R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais)**, para o período descrito na cláusula terceira.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANUÁRIA
Rua Ana Maria Montalvão Pimenta, nº 75, Centro
Januária/MG – CEP 39480-000
CNPJ nº 21.461.546/0001-10

2.2 - O pagamento será efetuado pela tesouraria do Município, através depósito bancário ao LOCADOR até o 30º (trigésimo) dia útil do mês subsequente ao que originou a locação, conforme definido no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

3.1 - A locação é ajustada por 12 (doze) meses, a começar na data de assinatura deste contrato, no dia 23/04/2026 e findará em 23/04/2027, independente de notificação, aviso e interpelação judicial ou extrajudicial.

3.2 - O contrato poderá ser prorrogado por até 10 (dez) anos, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021 e Lei nº 8.245/91, mediante a celebração de termo aditivo.

3.3 - Caso não tenha interesse na prorrogação, o LOCADOR deverá enviar comunicação escrita ao LOCATÁRIO, com antecedência mínima de 30 dias da data do término da vigência do contrato.

3.4 - O presente contrato locatício vigorará entre as partes contratantes, seus herdeiros e sucessores a qualquer título.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

4.1 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da assinatura do contrato.

4.2 - Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante solicitação, com aplicação do índice IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), ou outro índice que por ventura vier a substituí-lo.

4.3 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

4.4 - O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DAS DESPESAS DECORRENTES

5.1 - O pagamento das despesas de consumo de energia elétrica, água e esgoto competem ao LOCATÁRIO.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANUÁRIA
Rua Ana Maria Montalvão Pimenta, nº 75, Centro
Januária/MG – CEP 39480-000
CNPJ nº 21.461.546/0001-10

5.2 - O pagamento dos impostos (especialmente Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU) e taxas, incidentes sobre o imóvel são de responsabilidade do LOCADOR, conforme dispõe o artigo 22, Inciso VIII, da Lei nº 8.245/91.

5.3 - As despesas com a locação do imóvel serão suportadas pela seguinte Dotação orçamentária própria do orçamento do LOCATÁRIO, abaixo descrita:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- I. Gestão/Unidade: Secretaria Municipal De Desenvolvimento Social / Fundo Municipal De Assistência Social
- II. Fonte De Recursos: 1600000000
- III. Programa De Trabalho: 08.244.0027.2112 – Manutenção Dos Serviços No Bloco De Gestão Do Programa Bolsa Família E Cadastro Único
- IV. Elemento De Despesa: 33903600 – Outros Serviços De Terceiros – Pessoa Física
- V. Plano Interno - Ficha: 1865.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES: DIREITOS E RESPONSABILIDADES

6.1 - O LOCATÁRIO obriga-se a:

6.1.1 - Efetuar os pagamentos pela locação do imóvel, bem como as despesas de consumo de água, esgoto e energia elétrica.

6.1.2 - Servir-se do imóvel para o uso convencionado, e com o fim a que se destina, não podendo ser alterada sua finalidade sob nenhum pretexto, exceto com expressa autorização escrita do(a) LOCADOR(A).

6.1.3 - O(A) LOCATÁRIO(A) se obriga, por si, seus prepostos e, em nome do(a) LOCADOR(A), pela perfeita conservação do imóvel objeto deste contrato, mantendo-o sempre em bom estado de limpeza e higiene, obrigando-se a conservar os seus acessórios e instalações em perfeito funcionamento, bem como a cumprir e a fazer cumprir integralmente as disposições do condomínio, a sua convenção e a seu regulamento interno, quando houver.

6.1.4 - Comunicar ao LOCADOR qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como as eventuais turbações de terceiros.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANUÁRIA
Rua Ana Maria Montalvão Pimenta, nº 75, Centro
Januária/MG – CEP 39480-000
CNPJ nº 21.461.546/0001-10

6.1.5 - Consentir com a realização de reparos urgentes, a cargo do LOCADOR, sendo assegurado ao LOCATÁRIO o direito ao abatimento proporcional do aluguel, caso os reparos durem mais de dez dias, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.245, de 1991.

6.1.6 - Realizar o imediato reparo dos danos verificados no imóvel, ou nas suas instalações, provocados por seus agentes, funcionários ou visitantes autorizados.

6.1.7 - Não modificar a forma externa ou interna do imóvel, sem o consentimento prévio e por escrito do LOCADOR.

6.1.8 - Entregar imediatamente ao LOCADOR os documentos de cobrança de tributos, cujo pagamento não seja de seu encargo, bem como qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública, ainda que direcionada ao LOCATÁRIO.

6.1.9 - Pagar as despesas de telefone, internet e de consumo de energia elétrica, água e esgoto.

6.1.10 - Permitir a vistoria do imóvel pelo LOCADOR ou por seus mandatários, mediante prévia combinação de dia e hora, bem como admitir que seja visitado e examinado por terceiros, na hipótese prevista no artigo 27 da Lei nº 8.245, de 1991.

6.1.11 - As benfeitorias necessárias introduzidas pelo locatário, ainda que não autorizadas pelo locador, bem como as úteis, desde que autorizadas, serão indenizáveis e permitem o exercício do direito de retenção. As benfeitorias voluptuárias não serão indenizáveis, podendo ser levantadas pelo locatário, finda a locação, desde que sua retirada não afete a estrutura e a substância do imóvel, conforme disposto nos arts. 35 e 36 da Lei nº 8245/1991.

6.1.12 - Considerando a LGPD (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS), compete ao(a) LOCATÁRIO(A) fazer os pedidos de LIGAÇÃO E DESLIGAMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA, junto às Concessionárias competentes Cemig e Copasa, respectivamente, observando obrigatoriamente os prazos e protocolos exigidos pelas concessionárias para execução dos serviços, bem como pagar as despesas do uso e o consumo final na devolução do imóvel.

6.2 - A LOCADORA obriga-se a:



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANUÁRIA
Rua Ana Maria Montalvão Pimenta, nº 75, Centro
Januária/MG – CEP 39480-000
CNPJ nº 21.461.546/0001-10

6.2.1 - Disponibilizar o imóvel no ato da assinatura do instrumento contratual, livre e desimpedido de qualquer ônus, em perfeitas condições de uso para os fins a que se destina, e em estrita observância das especificações de sua proposta;

6.2.2 - Aceitar toda e qualquer modificação proposta pelo LOCATÁRIO objetivando adequar o imóvel às suas atividades;

6.2.3 - Garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel;

6.2.4 - Manter, durante a locação, a forma e o destino do imóvel;

6.2.5 - Responder pelos vícios ou defeitos anteriores à locação;

6.2.6 - Auxiliar o LOCATÁRIO na descrição minuciosa do estado do imóvel, quando da realização da vistoria;

6.2.7 - Pagar os impostos (especialmente Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU) e taxas, incidentes sobre o imóvel;

6.2.8 - Manter, durante a locação, a forma e o destino do imóvel, conforme estabelecido pela lei nº 8.245/91, artigo 22, inciso III e Código Civil nos artigos 566, inciso I, segunda parte e artigo 567;

6.2.9 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do bem, de acordo com o que determina o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990) e Lei Federal nº 14.133/21;

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS BENFEITORIAS E CONSERVAÇÃO DO IMÓVEL

7.1 - As benfeitorias necessárias introduzidas pelo LOCATÁRIO, ainda que não autorizadas pelo LOCADOR, bem como as úteis, desde que autorizadas, serão indenizáveis e permitem o exercício do direito de retenção, de acordo com o artigo 35 da Lei nº 8.245/91, e o artigo 578 do Código Civil.

7.1.1 - O LOCATÁRIO fica desde já autorizado a fazer, no imóvel locado, as adaptações indispensáveis ao desempenho das suas atividades.

7.2 - As benfeitorias voluptuárias não serão indenizáveis, podendo ser levantadas pelo locatário, finda a locação, desde que sua retirada não afete a estrutura e a substância do imóvel, conforme artigo 36 da Lei nº 8.245/91.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANUÁRIA
Rua Ana Maria Montalvão Pimenta, nº 75, Centro
Januária/MG – CEP 39480-000
CNPJ nº 21.461.546/0001-10

7.3 - Em qualquer caso, todas as benfeitorias desmontáveis, que podem ser reaproveitadas, poderão ser retiradas pelo LOCATÁRIO, devendo o imóvel locado, entretanto, ser devolvido com os seus respectivos acessórios.

7.4 - As modificações ou benfeitorias por ventura realizadas no imóvel objeto deste contrato, não serão descontadas do valor do aluguel.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - O Contrato poderá ser rescindido:

- a) Por ato unilateral da Administração Pública, reduzido a termo no respectivo procedimento;
- b) Na ocorrência de uma das hipóteses elencadas na Lei nº 8.245/91 e Lei nº 14.133/2021.

8.1.1 - Caso, por razões de interesse público, devidamente justificadas, o LOCATÁRIO decida devolver o imóvel e rescindir o contrato, antes do término do seu prazo de vigência, ficará dispensada do pagamento de qualquer multa, desde que notifique o LOCADOR, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

8.2 - A nenhuma das partes aplicar-se-á multa por quebra de contrato, desde que respeitada o tempo previsto no subitem 8.1.1 desta cláusula.

8.3 - O LOCATÁRIO poderá rescindir este Termo de Contrato, sem qualquer ônus, em caso de descumprimento total ou parcial de qualquer cláusula contratual ou obrigação imposta ao LOCADOR, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, bem como a retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados, além das penalidades previstas neste instrumento, conforme especificado na lei 14.133/2021.

8.4 - Nos casos em que reste impossibilitada a ocupação do imóvel, tais como incêndio, desmoroamento, desapropriação, caso fortuito ou força maior, etc., o LOCATÁRIO poderá considerar o contrato rescindido imediatamente, ficando dispensada de qualquer prévia notificação ou multa, desde que, nesta hipótese, não tenha concorrido para a situação.

8.5 - O procedimento formal de rescisão para ambas as partes terá início mediante notificação escrita, entregue diretamente ao LOCADOR ou ao LOCATÁRIO ou por via postal, com aviso de recebimento, respeitado o prazo previsto no item 8.1.1.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANUÁRIA
Rua Ana Maria Montalvão Pimenta, nº 75, Centro
Januária/MG – CEP 39480-000
CNPJ nº 21.461.546/0001-10

8.6 - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA NONA – DA RESTITUIÇÃO DO IMÓVEL

9.1 - Quando da devolução do imóvel o(a) LOCATÁRIO(A) deverá agendar a Vistoria de Saída previamente ao LOCADOR para as devidas verificações.

9.2 - O LOCATÁRIO assume ainda o compromisso de antes da desocupação do imóvel e devolução das chaves solicitar formalmente ao LOCADOR a vistoria final do imóvel, para a constatação do estado de conservação do mesmo, para que seja providenciada a devolução do imóvel nas mesmas condições em que fora recebido, exceto no caso de benfeitorias previamente autorizadas pelo Locador.

9.3 - Estando o imóvel de acordo com a Vistoria de Entrada, o(a) LOCATÁRIO(A) deverá então realizar os acertos finais dos encargos de água, luz, taxa de coleta de lixo (TLRS), despesas de condomínio, se for o caso, e Taxa pela Utilização Potencial do Serviço de Extinção de Incêndio (Taxa de Incêndio) em caso de imóvel não residencial. E após a quitação dos mesmos, deverá proceder o acerto final do aluguel e entrega de chaves, respondendo pelo aluguel até a entrega das chaves.

9.4 - Fica expressamente convencionado que a locação se encerra com a devolução das chaves pelo(a) LOCATÁRIO(A), mediante assinatura da Declaração de Entrega de Imóvel e assinatura do DISTRATO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO, se for o caso.

9.5 - A entrega do imóvel fora das especificações do laudo de vistoria de entrada, enseja a execução de serviços de reparação que se fizer necessário, devendo o(a) LOCATÁRIO(A) ressarcir as despesas ao LOCADOR, por meio de indenização, com base no laudo de vistoria de saída e planilha de custos dos reparos que se fizer necessário, devidamente aprovados por LOCADOR e LOCATÁRIO. A indenização deverá ser paga antes da devolução das chaves.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1 - O LOCADOR e o LOCATÁRIO obrigam-se a respeitar o presente contrato em todas as suas cláusulas e condições incorrendo a parte que infringir qualquer disposição contratual ou legal de responder por perdas e danos nos termos do art. 1.249 e seguintes do Código Civil sem prejuízo de outras sanções cabíveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANUÁRIA
Rua Ana Maria Montalvão Pimenta, nº 75, Centro
Januária/MG – CEP 39480-000
CNPJ nº 21.461.546/0001-10

10.2 - Em caso de descumprimento das obrigações contraídas neste contrato, as partes ficarão sujeitas às penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e na Lei nº 8.245/91.

10.3 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e Decreto Municipal nº 5.056 de 26 de julho de 2023.

10.4 - O atraso injustificado na realização do pagamento sujeitará a Administração juros e multa de mora, na forma estabelecida a seguir:

- a) A partir do primeiro dia após o vencimento juros diários de 0,03% (três centésimos por cento) por dia de atraso até o trigésimo dia;
- b) multa de 10% (dez por cento) após ultrapassado o prazo da alínea anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA FISCALIZAÇÃO

11.1 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um servidor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, devidamente designado como fiscal do contrato, nos termos do Art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO E DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 - A publicação do extrato do presente contrato na imprensa oficial é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Contratante nos termos do parágrafo único, do art. 72, da Lei nº 14.133 de 2021, sendo publicado no quadro de aviso da Prefeitura, órgão oficial de comunicação, publicidade, divulgação do Município de Januária/MG conforme prescreve a Lei Municipal nº 2.322 de 31 de maio de 2012.

12.2 - O LOCATÁRIO declara ter recebido o imóvel ora locado, bem como seus acessórios, em perfeitas condições de conservação e funcionamento, nos termos do laudo de vistoria anexo, devidamente assinado pelo LOCATÁRIO e pelo LOCADOR.

12.3 - Aplicam-se todas as disposições da Lei das Licitações cabíveis ao presente contrato, fixando-se competente o Foro da Comarca de Januária/MG, para dirimir questões advindas da presente relação jurídica.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANUÁRIA

Rua Ana Maria Montalvão Pimenta, nº 75, Centro
Januária/MG – CEP 39480-000
CNPJ nº 21.461.546/0001-10

12.4 - É admitida qualquer modalidade de assinatura eletrônica prevista em lei na celebração de termos aditivos, nesse caso, dispensa a assinatura de testemunhas quando sua integridade for conferida por provedor de assinatura.

E estando a LOCADOR e o LOCATÁRIO de pleno acordo com o conteúdo deste instrumento particular de contrato de locação, assinam em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Januária (MG), 23 de abril de 2026.

Monique Campos de Carvalho
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
Município de Januária
LOCATÁRIA

Gean Oliveira Santana
CPF nº 142.578.796-70
LOCADOR

Testemunhas: 1. Camila Lopes de Almeida CPF: 11575508605
2. Alton Lopes de Almeida CPF: 80563503149



EXTRATO DE CONTRATO Nº 479



MUNICÍPIO DE JANUÁRIA

EXTRATO DE CONTRATO

Página 1 de 1

Contrato Nº: 479 **Início:** 11/05/2026 **Término:** 11/05/2027

Contratado: RC RAMOS COMERCIO LTDA

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de material de expediente, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Licitação: Pregão Eletrônico (14.133/21) 50 / 2025

Dotação Orçamentaria:

12.1.1.8.122.27.2102.33903000
12.1.1.14.122.27.2104.33903000
12.1.1.14.422.27.2106.33903000
12.1.1.14.422.27.2107.33903000
12.2.1.8.245.27.2108.33903000
12.2.1.8.245.27.2108.33903000
12.2.2.8.245.27.2109.33903000
12.2.2.8.245.27.2109.33903000
12.2.2.8.245.27.2109.33903000
12.2.3.8.245.27.2110.33903000
12.2.3.8.245.27.2110.33903000
12.2.3.8.245.27.2110.33903000
12.2.5.8.244.27.2112.33903000
12.2.5.8.244.27.2112.33903000
12.2.6.8.122.27.2113.33903000
12.2.6.8.122.27.2113.33903000
12.2.6.8.122.27.2113.33903000
12.2.8.8.122.27.2115.33903000
12.3.1.14.241.27.2117.33903000
12.4.1.14.242.27.2118.33903000
12.5.1.14.243.27.2119.33903000
12.6.1.14.422.27.2120.33903000

Valor Total: R\$ 4.689,10

JANUARIA, Segunda-feira 11 Maio 2026



EXTRATO DE CONTRATO Nº 480



MUNICÍPIO DE JANUÁRIA

EXTRATO DE CONTRATO

Página 1 de 1

Contrato Nº: 480 **Início:** 11/05/2026 **Término:** 11/05/2027

Contratado: CAMPOS SOLUCOES ATACADISTAS LTDA

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de material de expediente, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Licitação: Pregão Eletrônico (14.133/21) 50 / 2025

Dotação Orçamentaria:

12.1.1.8.122.27.2102.33903000
12.1.1.14.122.27.2104.33903000
12.1.1.14.422.27.2106.33903000
12.1.1.14.422.27.2107.33903000
12.2.1.8.245.27.2108.33903000
12.2.1.8.245.27.2108.33903000
12.2.2.8.245.27.2109.33903000
12.2.2.8.245.27.2109.33903000
12.2.3.8.245.27.2110.33903000
12.2.3.8.245.27.2110.33903000
12.2.5.8.244.27.2112.33903000
12.2.5.8.244.27.2112.33903000
12.2.6.8.122.27.2113.33903000
12.2.6.8.122.27.2113.33903000
12.2.8.8.122.27.2115.33903000
12.3.1.14.241.27.2117.33903000
12.4.1.14.242.27.2118.33903000
12.5.1.14.243.27.2119.33903000
12.6.1.14.422.27.2120.33903000

Valor Total: R\$ 1.901,25

JANUARIA, Segunda-feira 11 Maio 2026



EXTRATO DE CONTRATO Nº 481



MUNICÍPIO DE JANUÁRIA

EXTRATO DE CONTRATO

Página 1 de 1

Contrato Nº: 481 **Início:** 11/05/2026 **Término:** 11/05/2027

Contratado: OSCIMAR COTA BARBOSA 05266999659

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de material de expediente, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Licitação: Pregão Eletrônico (14.133/21) 50 / 2025

Dotação Orçamentaria:

12.1.1.8.122.27.2102.33903000
12.2.1.8.245.27.2108.33903000
12.2.2.8.245.27.2109.33903000
12.2.2.8.245.27.2109.33903000
12.2.3.8.245.27.2110.33903000
12.2.3.8.245.27.2110.33903000
12.2.5.8.244.27.2112.33903000
12.2.5.8.244.27.2112.33903000

Valor Total: R\$ 637,00

JANUARIA, Segunda-feira 11 Maio 2026



EXTRATO DE CONTRATO Nº 482



MUNICÍPIO DE JANUÁRIA

EXTRATO DE CONTRATO

Página 1 de 1

Contrato Nº: 482 **Início:** 11/05/2026 **Término:** 11/05/2027

Contratado: 61.781.577 ZILMA MOREIRA MARQUES CRISTO

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de material de expediente, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Licitação: Pregão Eletrônico (14.133/21) 50 / 2025

Dotação Orçamentaria:

12.1.1.8.122.27.2102.33903000
12.1.1.14.122.27.2104.33903000
12.1.1.14.422.27.2106.33903000
12.1.1.14.422.27.2107.33903000
12.2.1.8.245.27.2108.33903000
12.2.1.8.245.27.2108.33903000
12.2.2.8.245.27.2109.33903000
12.2.2.8.245.27.2109.33903000
12.2.2.8.245.27.2109.33903000
12.2.2.8.245.27.2109.33903000
12.2.3.8.245.27.2110.33903000
12.2.3.8.245.27.2110.33903000
12.2.3.8.245.27.2110.33903000
12.2.5.8.244.27.2112.33903000
12.2.5.8.244.27.2112.33903000
12.2.6.8.122.27.2113.33903000
12.2.6.8.122.27.2113.33903000
12.2.6.8.122.27.2113.33903000
12.2.8.8.122.27.2115.33903000
12.3.1.14.241.27.2117.33903000
12.4.1.14.242.27.2118.33903000
12.5.1.14.243.27.2119.33903000
12.6.1.14.422.27.2120.33903000

Valor Total: R\$ 3.406,20

JANUARIA, Segunda-feira 11 Maio 2026



EXTRATO DE CONTRATO Nº 483



MUNICÍPIO DE JANUÁRIA

EXTRATO DE CONTRATO

Página 1 de 1

Contrato Nº: 483 **Início:** 11/05/2026 **Término:** 11/05/2027

Contratado: VISA INDUSTRIA ATACADISTA LTDA

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de material de expediente, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Licitação: Pregão Eletrônico (14.133/21) 50 / 2025

Dotação Orçamentaria:

12.1.1.8.122.27.2102.33903000
12.1.1.14.122.27.2104.33903000
12.1.1.14.422.27.2106.33903000
12.1.1.14.422.27.2107.33903000
12.2.1.8.245.27.2108.33903000
12.2.1.8.245.27.2108.33903000
12.2.2.8.245.27.2109.33903000
12.2.2.8.245.27.2109.33903000
12.2.2.8.245.27.2109.33903000
12.2.3.8.245.27.2110.33903000
12.2.3.8.245.27.2110.33903000
12.2.3.8.245.27.2110.33903000
12.2.5.8.244.27.2112.33903000
12.2.5.8.244.27.2112.33903000
12.2.6.8.122.27.2113.33903000
12.2.6.8.122.27.2113.33903000
12.2.6.8.122.27.2113.33903000
12.2.8.8.122.27.2115.33903000
12.3.1.14.241.27.2117.33903000
12.4.1.14.242.27.2118.33903000
12.5.1.14.243.27.2119.33903000
12.6.1.14.422.27.2120.33903000

Valor Total: R\$ 4.665,00

JANUARIA, Segunda-feira 11 Maio 2026



EXTRATO DE CONTRATO Nº 484



MUNICÍPIO DE JANUÁRIA

EXTRATO DE CONTRATO

Página 1 de 1

Contrato Nº: 484 **Início:** 11/05/2026 **Término:** 11/05/2027

Contratado: PAPELARIA E DISTRIBUIDORA SULAMERICANA LTDA

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de material de expediente, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Licitação: Pregão Eletrônico (14.133/21) 50 / 2025

Dotação Orçamentaria:

12.1.1.8.122.27.2102.33903000
12.1.1.14.122.27.2104.33903000
12.1.1.14.422.27.2106.33903000
12.1.1.14.422.27.2107.33903000
12.2.1.8.245.27.2108.33903000
12.2.1.8.245.27.2108.33903000
12.2.2.8.245.27.2109.33903000
12.2.2.8.245.27.2109.33903000
12.2.2.8.245.27.2109.33903000
12.2.3.8.245.27.2110.33903000
12.2.3.8.245.27.2110.33903000
12.2.3.8.245.27.2110.33903000
12.2.5.8.244.27.2112.33903000
12.2.5.8.244.27.2112.33903000
12.2.6.8.122.27.2113.33903000
12.2.6.8.122.27.2113.33903000
12.2.6.8.122.27.2113.33903000
12.2.8.8.122.27.2115.33903000
12.3.1.14.241.27.2117.33903000
12.4.1.14.242.27.2118.33903000
12.5.1.14.243.27.2119.33903000
12.6.1.14.422.27.2120.33903000

Valor Total: R\$ 69.177,30

JANUARIA, Segunda-feira 11 Maio 2026



EXTRATO DE CONTRATO Nº 485



MUNICÍPIO DE JANUÁRIA

EXTRATO DE CONTRATO

Página 1 de 1

Contrato Nº: 485 **Início:** 11/05/2026 **Término:** 11/05/2027

Contratado: 60.503.550 ALEXIA VERNIZE ALVES ALEXANDRE

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de material de expediente, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Licitação: Pregão Eletrônico (14.133/21) 50 / 2025

Dotação Orçamentaria:

12.1.1.8.122.27.2102.33903000
12.1.1.14.122.27.2104.33903000
12.1.1.14.422.27.2106.33903000
12.1.1.14.422.27.2107.33903000
12.2.1.8.245.27.2108.33903000
12.2.1.8.245.27.2108.33903000
12.2.2.8.245.27.2109.33903000
12.2.2.8.245.27.2109.33903000
12.2.2.8.245.27.2109.33903000
12.2.2.8.245.27.2109.33903000
12.2.3.8.245.27.2110.33903000
12.2.3.8.245.27.2110.33903000
12.2.3.8.245.27.2110.33903000
12.2.5.8.244.27.2112.33903000
12.2.5.8.244.27.2112.33903000
12.2.6.8.122.27.2113.33903000
12.2.6.8.122.27.2113.33903000
12.2.6.8.122.27.2113.33903000
12.2.8.8.122.27.2115.33903000
12.3.1.14.241.27.2117.33903000
12.4.1.14.242.27.2118.33903000
12.5.1.14.243.27.2119.33903000
12.6.1.14.422.27.2120.33903000

Valor Total: R\$ 21.389,60

JANUARIA, Segunda-feira 11 Maio 2026



EXTRATO DE CONTRATO Nº 486



MUNICÍPIO DE JANUÁRIA

EXTRATO DE CONTRATO

Página 1 de 1

Contrato Nº: 486 **Início:** 11/05/2026 **Término:** 11/05/2027

Contratado: MARCELO SIMONI

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de material de expediente, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Licitação: Pregão Eletrônico (14.133/21) 50 / 2025

Dotação Orçamentaria:

12.1.1.8.122.27.2102.33903000
12.1.1.14.122.27.2104.33903000
12.1.1.14.422.27.2106.33903000
12.1.1.14.422.27.2107.33903000
12.2.1.8.245.27.2108.33903000
12.2.1.8.245.27.2108.33903000
12.2.2.8.245.27.2109.33903000
12.2.2.8.245.27.2109.33903000
12.2.2.8.245.27.2109.33903000
12.2.3.8.245.27.2110.33903000
12.2.3.8.245.27.2110.33903000
12.2.3.8.245.27.2110.33903000
12.2.5.8.244.27.2112.33903000
12.2.5.8.244.27.2112.33903000
12.2.6.8.122.27.2113.33903000
12.2.6.8.122.27.2113.33903000
12.2.6.8.122.27.2113.33903000
12.2.8.8.122.27.2115.33903000
12.3.1.14.241.27.2117.33903000
12.4.1.14.242.27.2118.33903000
12.5.1.14.243.27.2119.33903000
12.6.1.14.422.27.2120.33903000

Valor Total: R\$ 3.465,00

JANUARIA, Segunda-feira 11 Maio 2026



DIVERSOS

EXTRATO DE LICENÇAS AMBIENTAIS EXPEDIDAS



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE JANUÁRIA –MG CNPJ:
21.461.546.0001/10**

Secretaria Municipal de Turismo, Cultura,
Meio Ambiente e Des. Econômico
Divisão de licenciamento ambiental,
fiscalização e controle ambiental

EXTRATO DE LICENÇAS AMBIENTAIS EXPEDIDAS

A Secretária Municipal de Turismo, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, Sra. Ana Cláudia Batista da Silva, no uso de suas atribuições legais, torna público que foi finalizada a análise do requerimento de Licenciamento ambiental simplificado – LAS/RAS, com decisão pelo deferimento:

- 1) **Protocolo Geral:** nº 37382/2026.
Empreendedor: COMERCIO E INDUSTRIA CARIBE S.A
CNPJ: 21.456.942/0006-63.
Empreendimento: COMERCIO E INDUSTRIA CARIBE S.A.
CNPJ: 21.456.942/0006-63.
Atividade: Código D-02-02-1 – Fabricação de aguardente
Classe predominante resultante: 2
Fator locacional resultante: 1
Modalidade: LAS/RAS
Data da deliberação: 13/05/2026
Validade: 10 (dez) anos

Januária/MG, 13 de maio de 2026.

Documento assinado digitalmente
gov.br ANA CLAUDIA BATISTA DA SILVA
Data: 13/05/2026 10:13:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ana Cláudia Batista da Silva
Secretária Municipal de Meio Ambiente



EXTRATO DE LICENÇAS AMBIENTAIS EXPEDIDAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE

JANUÁRIA –MG CNPJ:

21.461.546.0001/10

Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Meio
Ambiente e Des. Econômico
Divisão de licenciamento ambiental, fiscalização e
controle ambiental

EXTRATO DE LICENÇAS AMBIENTAIS EXPEDIDAS

A Secretária Municipal de Turismo, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, Sra. Ana Cláudia Batista da Silva, no uso de suas atribuições legais, torna público que foi finalizada a análise do requerimento de Autorização para intervenção ambiental, com decisão pelo deferimento:

- 1) **Protocolo Geral:** nº 42790/2026.
Empreendedor: João Santana de Souza
CPF: 260.962.868-44.
Empreendimento: João Santana de Souza.
CPF: 260.962.868-44.
Atividade: Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo.
Data da Deliberação: 11/05/2026.
Validade: 03 (Três) anos, contado da data do licenciamento.

Januária/MG, 13 de maio de 2026.

Documento assinado digitalmente
gov.br ANA CLAUDIA BATISTA DA SILVA
Data: 13/05/2026 10:16:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ana Cláudia Batista da Silva
Secretária Municipal de Meio Ambiente



PODER LEGISLATIVO

PORTARIAS

PORTARIA Nº 20 DE 13 DE MAIO DE 2026

Dispõe sobre a formalização da concessão dos adicionais de insalubridade e periculosidade aos servidores da Câmara Municipal de Januária

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JANUÁRIA, no uso das atribuições que lhe conferem a Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno desta Casa Legislativa, e pelo art. 20 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 63, de 29 de dezembro de 2007, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 138, de 17 de março de 2023, e CONSIDERANDO a necessidade de formalização administrativa da concessão dos adicionais de insalubridade e periculosidade aos servidores desta Casa Legislativa; CONSIDERANDO que os servidores já percebem regularmente os respectivos adicionais desde o período abaixo especificado, em razão das atividades exercidas; CONSIDERANDO os princípios da legalidade, publicidade e segurança jurídica que regem a Administração Pública; CONSIDERANDO os laudos técnicos e demais atos administrativos que reconhecem a exposição habitual e permanente dos servidores aos agentes

insalubres e/ou perigosos;

RESOLVE:

Art. 1º Fica formalizada a concessão do adicional de insalubridade, no percentual de 40% (quarenta por cento), calculado sobre o menor vencimento básico constante da tabela de vencimentos dos servidores municipais, em razão da exposição habitual e permanente a agentes nocivos à saúde, aos seguintes servidores:

I - ALESSANDRO ALMEIDA MELO, matrícula nº 038, a partir de 02 de outubro de 2025;

II - NELZINHA NUNES TEIXEIRA, matrícula nº 016, a partir de 02 de outubro de 2025.

Art. 2º Fica formalizada a concessão do adicional de periculosidade, no percentual de 30% (trinta por cento) incidente sobre o vencimento base, sem acréscimos de gratificações ou outros adicionais, em razão da exposição habitual e permanente a atividades perigosas, aos seguintes servidores:

I - GIOVANI TOMÉ ZOCCATO, matrícula nº 039, a partir de 19 de fevereiro de 2026;

II - JOAQUIM BRANDÃO CARDOSO, matrícula nº 013, a partir de 19 de março de 2026;

III - PAULO PEREIRA NASCIMENTO FILHO, matrícula nº 017, a partir de 19 de fevereiro de 2026;

IV - RAY ROMÁRIO BATISTA MOTA, matrícula nº 039, a partir de 19 de fevereiro de 2026;

V - RODRIGO LACERDA CARVALHO, matrícula nº 516, a partir de 19 de março de 2026.

Art. 3º A formalização prevista

nesta Portaria produz efeitos administrativos e financeiros retroativos às respectivas datas de início acima especificadas, correspondentes ao período em que os servidores passaram a perceber regularmente os adicionais.

Art. 4º Esta Portaria possui caráter regulamentador e declaratório, visando conferir regularidade formal aos pagamentos já realizados pela Câmara Municipal.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Januária, 13 de maio de 2026.

Vereador Neiriberto Vieira de Souza
Presidente

PORTARIA Nº 21 DE 13 DE MAIO DE 2026

Dispõe sobre a nomeação de servidor para exercer a função de Fiscal de Contratos

O Presidente da Câmara Municipal de Januária, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais e em atendimento à Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, que "dispõe sobre a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos", e CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade dos serviços administrativos e de fiscalização no âmbito da Câmara Municipal;

CONSIDERANDO que o Servidor ALESSANDRO ALMEIDA MELO anteriormente nomeado para exercer a função de FISCAL DE CONTRATOS, encontra-se de férias regulamentares e férias



prêmio até o mês de junho do corrente ano;

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado o servidor CRISTIANO CARVALHO MARTINS, matrícula nº 071, para exercer a função de FISCAL DE CONTRATOS, em substituição ao servidor ALESSANDRO ALMEIDA MELO, matrícula nº 038, durante o período de férias compreendido entre 24/04/2026 e 22/06/2026.

Art. 2º O servidor designado exercerá as atribuições inerentes à função durante o período estabelecido no artigo anterior.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 24 de Abril de 2026.

Câmara Municipal de Januária, 13 de maio de 2026.

Vereador Neiriberto Vieira de Souza

Presidente

PORTARIA Nº 22 DE 13 DE MAIO DE 2026

Dispõe sobre a designação de servidores para realização de Avaliação de Desempenho Funcional no âmbito da Câmara Municipal de Januária

O Presidente da Câmara Municipal de Januária, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais, e

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 008/2008, que regulamenta a Avaliação de Desempenho Funcional no âmbito da Câmara Municipal de Januária/MG;

CONSIDERANDO o Ofício nº 005/CADF/CMJ/2026, expedido

pela Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional;

RESOLVE:

Art.1º Ficam designados os servidores abaixo relacionados para atuarem na realização das avaliações de desempenho funcional e encaminhamento dos respectivos relatórios à Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional da Câmara Municipal de Januária/MG:

I - JOEL MAGALHÃES SOBRINHO

II - ITAMAR RODRIGUES SIMÕES

Art. 2º Os servidores designados deverão exercer suas atribuições em conformidade com as disposições previstas na Resolução nº 008/2008 e demais normas aplicáveis.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Januária, 13 de maio de 2026.

Vereador Neiriberto Vieira de Souza

Presidente